



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 139/2015 (Autoria do Deputado Nereu Moura)

Concessão de Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná aos Senhores Aldair Teodoro da Silva (Teodoro) e Gentil Aparecido da Silva (Sampaio) da dupla sertaneja Teodoro e Sampaio.

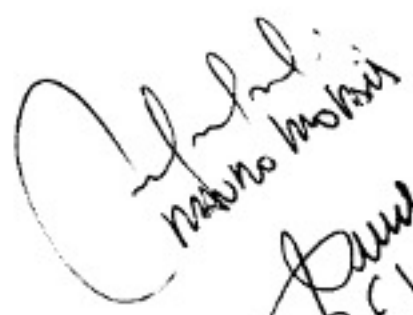
Art. 1º Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná aos Senhores Aldair Teodoro da Silva (Teodoro) e Gentil Aparecido da Silva (Sampaio) da dupla sertaneja Teodoro e Sampaio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de março de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


Nereu Moura


Prof. Khury


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 178/2015
(Autoria do Poder Executivo)**

Alteração dos arts. 1º e 2º da Lei nº 12.217, de 15 de julho de 1998, que autorizou o Poder Executivo a ceder imóveis situados nesta Capital à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção e à Associação Beneficente Renascer e adoção de outras providências.

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 12.217, de 15 de julho de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção – Amcip, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com área de 2.592,12 m², parte remanescente da área descrita na Transcrição das Transmissões nº 16.111, do Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, cujas características, de acordo com memorial descritivo são: o perímetro do terreno tem início no ponto 0-PP, com coordenadas E: 675.706,478m e N: 7.184.246,123m; deste segue em linha reta no azimuth 356º 11' 03" numa distância de 30,33m de frente para a Rua Imaculada Conceição até encontrar o ponto 01, deste deflete à direita e segue em linha reta, no azimuth 78º 06' 47" numa distância de 80,18m até encontrar o ponto 02; deste deflete à esquerda e segue em linha reta no azimuth 166º 46' 34", numa distância de 32,31m até encontrar o ponto 03; deste deflete à direita e segue em linha reta no azimuth 257º 29' 06" numa distância de 36,02m até encontrar o ponto 04; deste deflete à direita e segue em linha reta no azimuth 267º 06' 06" numa distância de 17,50m até encontrar o ponto 05, deste deflete à esquerda e segue em linha reta, no

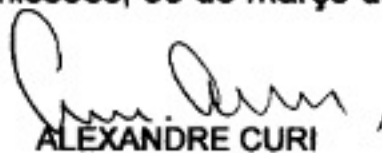
Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.


azimute 257° 59' 26" numa distância de 31,89m até encontrar o ponto 0-PP, início da presente descrição do perímetro, perfazendo uma área de 2.592,12m².


Art. 2º Autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Beneficente Renascer – Ascer, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com área de 3.811,88 m², parte remanescente da área descrita na Transcrição das Transmissões nº 16.111, do Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, cujas características, de acordo com memorial descritivo são: perímetro do terreno tem início no ponto 0-PP, com coordenadas E: 675.701,010m e N: 7.184.328,111m; deste segue em linha reta no azimute 78° 12' 06" numa distância de 65,45m até encontrar o ponto 01, fazendo frente para a rua Guabirotuba; deste deflete à direita e segue em linha reta, no azimute 175° 25' 22" numa distância de 20,59m até encontrar o ponto 02; deste deflete à esquerda e segue em linha reta no azimute 78° 13' 21", numa distância de 14,41m até encontrar o ponto 03; deste deflete à direita e segue em linha reta no azimute 176° 07' 26" numa distância de 31,08m até encontrar o ponto 04; deste deflete à direita e segue em linha reta no azimute 258° 06' 47" numa distância de 80,18m até encontrar o ponto 05, confrontando nestas extensões com área remanescente do Estado; deste, deflete à direita e segue em linha reta, no azimute 356° 11' 03" numa distância de 51,84m até encontrar o ponto 0-PP, início da presente descrição do perímetro, fazendo nova frente para a rua Imaculada Conceição, perfazendo uma área de 3.811,88 m²."

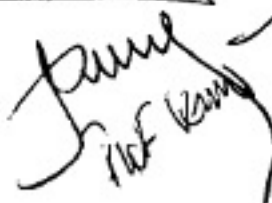
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Comissões, 30 de março de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


Roberto Guedes


Roberto Guedes


Roberto Guedes



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 134/2015

Dispõe sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou
e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Cria o Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, destinado à consolidação das pendências de pessoas físicas e jurídicas perante órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e paraestatal do Estado do Paraná, incluindo as empresas públicas e de economia mista nas quais o Estado seja majoritário.

Art. 2º São consideradas pendências passíveis de inclusão no Cadin Estadual:

- I - as obrigações pecuniárias vencidas e não pagas; e
- II - a ausência de prestação de contas, exigível em razão de disposição legal ou cláusulas de convênio, acordo ou contrato.

Art. 3º As pessoas físicas e jurídicas com registro no Cadin Estadual estarão impedidas de realizar com os órgãos e entidades da administração estadual os seguintes atos:

- I - celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam o desembolso, a qualquer título, de recursos financeiros da administração estadual;
- II - repasses de valores de convênios ou pagamentos referentes a contratos;
- III - concessão de auxílios e subvenções;
- IV - concessão de incentivos fiscais e financeiros; e
- V - expedição de alvarás de licença, de autorização especial, ou de quaisquer outros tipos de alvarás, licenças, permissões ou autorizações decorrentes do Poder de Polícia Estadual.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica:

I - às operações destinadas à composição e regularização das obrigações e deveres objeto de registro no Cadin Estadual, sem desembolso de recursos por parte do órgão ou da entidade credora; e

II - à concessão de auxílios a municípios atingidos por calamidade pública reconhecida pelo Governo do Estado, bem como às transferências voluntárias de que trata o § 3º, do art. 25, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º. O disposto no artigo anterior não constituirá impedimento para que a autoridade competente firme contrato com pessoas jurídicas que exerçam atividades sob o regime de monopólio ou sob regime de concessão em que haja exclusividade na prestação de serviços, bem como, autorize os pagamentos decorrentes, desde que estes serviços sejam imprescindíveis para o Estado e que o fato seja devidamente justificado no respectivo processo administrativo.

Art. 5º O registro das pendências para fins de inclusão no Cadin Estadual deverá ser realizado, no prazo de até dez dias contados da inadimplência, pelas seguintes autoridades:

I - pelos titulares das Secretarias de Estado ou autoridades a eles equiparados, em relação às pendências relacionadas às respectivas Pastas;

II - pelo dirigente máximo, em relação às pendências relacionadas aos órgãos da administração indireta e paraestatal; e

III - pelo Diretor-Presidente, em relação às pendências relacionadas às empresas públicas e sociedade de economia mista.

Parágrafo único. A atribuição prevista no caput deste artigo poderá ser delegada, pelas autoridades ali indicadas, a servidor devidamente designado mediante Ato publicado no Diário Oficial do Estado.

Art. 6º Incumbirá à Secretaria de Estado da Fazenda expedir regulamento para implantação e manutenção do Cadin Estadual.

§ 1º Incumbirá à Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de cinco dias, contados do registro de que trata o art. 5º desta Lei, comunicar ao devedor, seja via postal, telegráfica ou eletrônica, que seu nome será incluído no Cadin Estadual.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 2º A comunicação de que trata o § 1º deste artigo será considerada entregue quinze dias após a emissão.

§ 3º A inclusão no Cadin Estadual ocorrerá até trinta dias após decorrido o prazo de entrega de que trata o § 2º deste artigo.

§ 4º O prazo previsto no § 3º deste artigo, para a inclusão do Cadin Estadual das pendências constituídas até a data da regulamentação deste Capítulo, será de sessenta dias.

Art. 7º O Cadin Estadual conterá as seguintes informações:

- I - identificação do devedor;
- II - data da inclusão no cadastro;
- III - órgão responsável pela inclusão.

Art. 8º Os órgãos e entidades da administração estadual manterão registros detalhados das pendências incluídas no Cadin Estadual, permitindo irrestrita consulta pelos devedores aos seus respectivos registros, nos termos do Regulamento.

Art. 9º A inexistência de registro no Cadin Estadual constitui prova de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual para todos os efeitos legais e normativos.

§ 1º A certificação de inexistência de que trata o caput deste artigo substitui todas as certidões emitidas por órgãos ou entidades do Estado do Paraná, em nome da pessoa física e jurídica.

§ 2º A emissão da certidão de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual, com base nos registros no Cadin Estadual deverá ser emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda com prazo de validade de até trinta dias, para fins de licitação ou outras situações específicas.

§ 3º Até a implantação do Cadin Estadual, a inexistência de registro no respectivo cadastro não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem elidirá a apresentação dos documentos comprobatórios de regularidade perante a administração pública estadual.

Art. 10. O registro do devedor no Cadin Estadual ficará suspenso:

- I – quando o devedor comprovar que ajuizou ação com o objetivo de discutir a natureza da obrigação ou o seu valor, com oferecimento de garantia idônea e suficiente ao juízo; e



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

II – nas hipóteses em que a exigibilidade da pendência objeto do registro estiver suspensa, nos termos da Lei.

Parágrafo único. A suspensão do registro não acarreta a sua exclusão do Cadin Estadual, mas apenas a suspensão dos impedimentos previstos no art. 3º desta Lei.

Art. 11. Uma vez comprovada a regularização da situação que deu causa à inclusão no Cadin Estadual, o registro correspondente deverá ser excluído pelas autoridades indicadas no art. 5º, desta Lei, no prazo de até cinco dias úteis.

Art. 12. A inclusão ou exclusão de pendências no Cadin Estadual sem observância das formalidades ou fora das hipóteses previstas nesta Lei sujeitará o agente à responsabilização decorrente de seu ato.

Art. 13. A Secretaria de Estado da Fazenda será a gestora do Cadin Estadual, sem prejuízo da responsabilidade das autoridades indicadas no art. 5º, desta Lei.

Art. 14. O descumprimento, pela autoridade administrativa ou por seu delegado, dos deveres decorrentes desta Lei será considerado falta de cumprimento do dever funcional para fins de aplicação das penalidades previstas na legislação relativa à responsabilidade do detentor de cargo público.

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até noventa dias, contados da sua publicação.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM

Nº 003 /2015

Curitiba, 24 de fevereiro de 2015.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 24 FEV. 2015

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 24/2/2015

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva criar o Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, destinado à consolidação das pendências de pessoas físicas e jurídicas perante órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e paraestatal do Estado do Paraná, incluindo as empresas públicas e de economia mista nas quais o Estado seja majoritário.

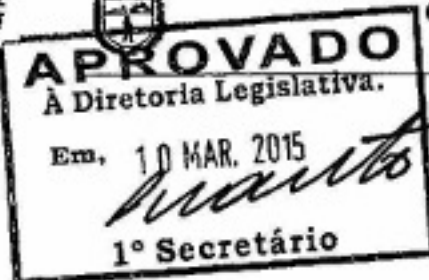
A criação do Cadastro Informativo Estadual – CADIN, medida de relevância preconizada no presente Anteprojeto de Lei, tem como objetivo centralizar as informações relativas às pendências de pessoas físicas e jurídicas perante órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Paraná, constituindo poderoso instrumento de cobrança de inadimplentes junto ao Tesouro Estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

16:15 24/02/2015 000561 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

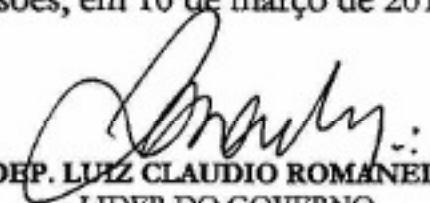


REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER REGIME DE URGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 134/2015 – ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 003/15, que dispõe sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual e da outras providências, conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer, após ouvido o Douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno **REGIME DE URGÊNCIA** ao Projeto de Lei nº 134/2015 – oriundo da Mensagem n.º 003/15, que dispõe sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual e da outras providências, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2015.


DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
LIDER DO GOVERNO

15:47 10/03/2015 000957 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL. 10103/15





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 134/2015

Projeto de Lei nº. 134/2015

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 003/2015

Súmula: Dispõe sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual e dá outras providências.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO INFORMATIVO ESTADUAL – CADIN ESTADUAL. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 003/2015, tem como finalidade a criação do Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual, a ser implementado e mantido pela Secretaria de Estado da Fazenda.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na
forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa
do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Além do mais, o referido assunto aborda **tema de
competência privativa do Governador do Estado**, eis que acaba por conferir
nova atribuição à SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, conforme a própria
Constituição Estadual determina:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta
Constituição, são de iniciativa privativa do
Governador do Estado as leis que disponham
sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das
Secretarias de Estado e órgãos da Administração
Pública.

Para se tornar mais claro o campo de atuação e competência
da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no dia 15 de janeiro de 1997, foi
aprovado Regulamento dessa Secretaria vide Decreto nº 2.838:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda -
SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03
de junho de 1987, órgão de primeiro nível
hierárquico da administração estadual, de
natureza instrumental, para o planejamento, a
coordenação, a fiscalização, o controle, a
execução e a orientação normativa dos sistemas



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Com relação ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº. 101/00 observa-se que o Projeto não visa o aumento de despesas e sim a

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



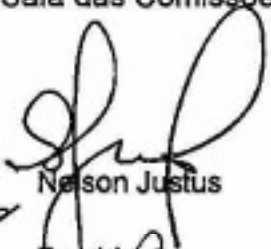
constituição de um elemento de cobrança de inadimplentes junto ao Tesouro Estadual.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.




Sala das Comissões, 03 de março de 2015.


Nelson Justus

Presidente

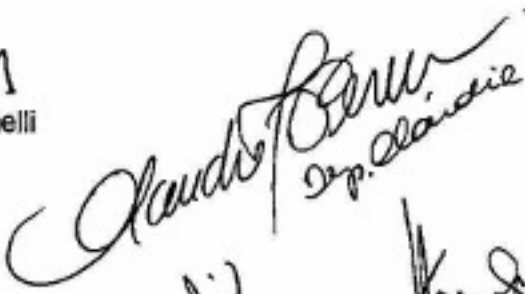

Luiz Cláudio Romanelli


Relator

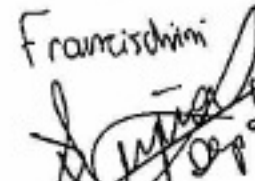



APROVADO


17.03.15

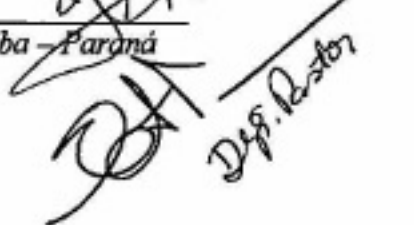
Prça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Claudio


Dep. Jairo


Franciscini


Dep. Jaisson


Dep. Pastor



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 134/15

Projeto de Lei nº. 134/2015

Autor: Poder Executivo

***Súmula:** Dispõe sobre a criação do cadastro informativo estadual – CADIN Estadual e dá outras providências.*

EMENTA: CADIN ESTADUAL. CONTROLE DE DEVEDORES. POSSIBILIDADE. LEGALIDADE. LEGITIMIDADE. APLICABILIDADE. ADEQUAÇÃO FINANCEIRA. FAVORÁVEL. LC Nº 101/2000.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, apresentado pelo Poder Executivo, através da mensagem de lei nº 03/2015, que dispõe sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual – CADIN ESTADUAL e dá outras providências, anteriormente à submissão à presente Comissão de Finanças foi detidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, tendo parecer favorável na sessão do dia 17 de março de 2015, razão pela qual deve agora ser analisado nos exatos termos exigidos pelo Regimento Interno desta ALEP, em especial no seu art. 33-B.

FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-B, assim dispõe:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças



Art. 33-B. Cabe à Comissão de Finanças manifestar-se:

I - sobre todas as proposições, inclusive as de outras comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública.

II - sobre atividades financeiras do Estado.

III - sobre matéria tributária, empréstimos públicos; e

IV - sobre matérias que disponham sobre a remuneração dos agentes políticos estaduais, incluindo os Secretários de Estado, os Magistrados e os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Desta feita, o presente projeto de lei, em especial por prever eventual acréscimo de receita ao estado, mediante efetivação da cobrança de débitos fiscais, merece análise desta d. Comissão de Finanças.

Para tanto, é importante analisar o seu enquadramento e alinhamento às normas que regem a constituição do sistema financeiro do Estado.

Nesse sentido, podemos citar o quanto disposto no art. 37, XXII da CF/88, que dispõe sobre a prioridade das instituições fazendárias, inclusive no que concerne ao compartilhamento de cadastros, senão vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças



carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

(...)

Ora, resta evidente a possibilidade de se efetivar a criação de um cadastro de inadimplência para uso da fazenda pública, a fim de organizar as atividades de cobrança, bem como fomentar os pagamentos mediante restrições aos benefícios junto ao Estado, para devedores, nos termos legais.

Lembremos que a Constituição Federal outorga aos Estados e Municípios a possibilidade de instituir impostos e demais tributos, conforme se denota do texto constitucional abaixo transcrito:

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças



Compreenda-se que a cobrança de tributos não se constitui em faculdade ao administrador, mas sim, DEVER, vez que a renúncia de receita pode ser compreendida como ato de improbidade administrativa.

Portanto, demonstra-se salutar e legal a presente proposta em face de seu espectro de efetivação fiscal.

Nada obstante, abaixo da Constituição Federal, a principal norma que exige tal adequação é a Lei Complementar nº 101/2000, senão vejamos:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

Por isso, esse tem que ser o arcabouço normativo aplicado à presente análise, tendo em vista a competência da presente Comissão.

Assim sendo, considerando que da detida análise do presente projeto de lei, tem-se que as medidas previstas possuem como principal escopo a fiscalização dos tributos instituídos, resta dispensada a apresentação dos documentos dispostos no art. 17, da Lei Complementar nº 101/2000:

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato

administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças



§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Portanto, os requisitos exigidos para a aprovação na presente comissão de finanças restam cumpridos, vez que atinentes à disposições constitucionais e legais existentes que regulam o tema.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças



Ainda, vale o destaque de que tal medida poderá gerar importante acréscimo de receita para os cofres do Estado, sem que sejam efetivados aumentos tributários e/ou quaisquer outras medidas que prejudiquem os contribuintes que mantem em dia suas obrigações legais.

Por fim, no que concerne à técnica legislativa atinente ao caso em comento, o projeto de Lei em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei nesta Comissão de Finanças, tendo em vista que nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação processual legislativa.

Sala das Comissões, 18 de março de 2015.


Dep. Estadual TIAGO AMARAL

RELATOR


DEP. ARTAGÃO JÚNIOR
PRESIDENTE

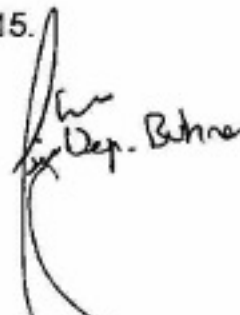
Dep. Estadual GILSON DE SOUZA

PRESIDENTE

Em exercício


Dep. Duplomon


Dep. Icanavaco


Dep. Behnen



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 134/15

Projeto de Lei n. 134/2015

Autor: Poder Executivo

SÚMULA: *Dispõe sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual e dá outras providências.*

EMENTA: CADIN ESTADUAL. CONTROLE DE DEVEDORES. POSSIBILIDADE. LEGALIDADE. LEGITIMIDADE. APLICABILIDADE. ADEQUAÇÃO FINANCEIRA. FAVORÁVEL.

PREÂMBULO:

O Projeto de Lei em análise, oriundo do Poder Executivo, encaminhado a esta Casa de Leis através da Mensagem n. 003/2015, dispõe sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual – CADIN ESTADUAL e dá outras providências. Submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças desta Casa de Leis, recebeu de ambas pareceres favoráveis, tendo seguido para esta Comissão de Indústria e Comércio para análise nos termos ditados pelo Regimento Interno desta ALEP, especialmente em seu art. 33-M:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 33-M Compete à Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à indústria e comércio.

FUNDAMENTAÇÃO:

Se na Comissão de Constituição e Justiça analisou-se a constitucionalidade, nesta Comissão de Indústria e Comércio passamos a analisar o mérito da matéria.

O Governo Federal possui o CADIN, onde se encontram registrados os nomes de pessoas físicas e jurídicas em débito para com órgãos e entidades federais. As informações contidas no CADIN permitem à Administração Pública Federal uniformizar os procedimentos relativos à concessão de crédito, garantias, incentivos fiscais e financeiros, bem como à celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos de modo a favorecer a gestão seletiva dos recursos existentes.

Aqui no Paraná, o Cadastro de Inadimplentes (Cadin) do TCE reúne dados e informações sobre agentes públicos em débito com relação a decisões emitidas pelas instâncias colegiadas do Tribunal. Também informa sobre decisões de aplicação de restituição de valores, multas administrativas, multas proporcionais ao dano causado e multas por infração fiscal.

Nessa esteira, através do Projeto de Lei n. 134/2015, o Governo do Estado cria este mecanismo para busca combater a inadimplência no recolhimento de impostos e taxas. O Cadin Estadual vai centralizar informações relativas às pendências de empresas e de cidadãos perante órgãos da administração direta e indireta do Paraná, constituindo-se, assim, em um instrumento de cobrança dos inadimplentes do Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Assim, da análise do Projeto, reconhecemos a importância da criação deste mecanismo para combater a inadimplência contra os cofres públicos, que é ainda uma maneira de aumentar a arrecadação do Estado mediante a cobrança do que lhe é devido.

Finalmente, no que concerne à técnica legislativa atinente ao caso em pauta, o Projeto de Lei em análise não encontra óbice nos requisitos exigidos pela Lei Complementar Federal n. 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar n. 176/2014 que dispõem, ambas, sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Ainda, a apresentação do Projeto está em consonância com os artigos 65, 66 e 87, todos da Constituição Estadual.

CONCLUSÃO:

Finda a análise do Projeto de Lei n. 134/2015, e não encontrando óbice que impeça a continuidade de sua normal tramitação, nosso parecer é FAVORÁVEL na Comissão de Indústria e Comércio.

Sala de Sessões, em 24 de março de 2015.

DEP. MÁRCIO PAULIKI

PRESIDENTE

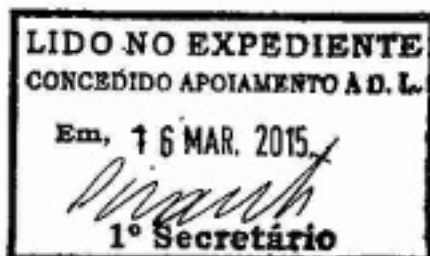
DEP. PAULO LITRO

RELATOR

Francischini



PROJETO DE LEI Nº 182/2015
(Dep. Pedro Lupion)



Concessão de Título de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE INCLUSÃO SOCIOCULTURAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO DO NORTE DO PARANÁ com sede e foro no município de Bela Vista do Paraíso.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE INCLUSÃO SOCIOCULTURAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO DO NORTE DO PARANÁ com sede e foro no município de Bela Vista do Paraíso.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de março de 2015.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual

14:48 16/03/2015 081835 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

A ASSOCIAÇÃO DE INCLUSÃO SOCIOCULTURAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO DO NORTE DO PARANÁ, com sede e foro no município de Bela Vista do Paraíso/PR, está devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº13.588.296/0001-55.

Consigne-se, ainda, que conforme a documentação ora acosta se verifica que a mesma se enquadra em todos os requisitos exigidos pela Lei nº 17826, de 2013.

Pelo exposto, requeiro o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 182/2015

Projeto de Lei nº. 182/2015
Autor: Deputado Pedro Lupion

Súmula: Concessão de Título de Utilidade Pública à **Associação de Inclusão Sociocultural e Desenvolvimento Humano do Norte do Paraná**, com sede e foro no Município de Bela Vista do Paraíso.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA –
LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS
– PARECER FAVORÁVEL

PRÊAMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual à **Associação de Inclusão Sociocultural e Desenvolvimento Humano do Norte do Paraná**, com sede e foro no Município de Bela Vista do Paraíso, Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto de lei em análise não encontra, óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, 24 de março de 2015.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 193/2015

Dispõe sobre o Quadro Próprio e Cargos
Comissionados do Departamento de
Trânsito do Estado do Paraná –
DETRAN/PR, conforme especifica.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte Lei:**

TÍTULO I

QUADRO PRÓPRIO DO DETRAN/PR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, constituído por cargos públicos de provimento efetivo, com quantidades fixadas por cargo e classe, na forma do Anexo I desta Lei, será composto por 3 (três) carreiras, assim denominadas:

I - Carreira de Analista de Atividades de Trânsito, composta pelo cargo de Analista de Atividades de Trânsito, estruturada em 3 (três) classes com 12 (doze) referências;

II - Carreira de Técnico de Atividades de Trânsito, composta pelo cargo de Técnico de Atividades de Trânsito estruturada em 3 (três) classes com 12 (doze) referências;

III - Carreira de Auxiliar de Atividades de Trânsito, composta pelo cargo de Auxiliar de Atividades de Trânsito, estruturada em 3 (três) classes com 12 (doze) referências.

§ 1º São integrantes do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, regulamentado por esta lei, os servidores estatutários, ocupantes de cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 13.866 de 05 de julho de 2002, alocados no DETRAN/PR, que assim optarem na forma do art. 33 desta Lei.

§ 2º A carreira referida no inciso III deste artigo constará no Quadro Próprio do DETRAN/PR – QPDE em extinção.

§ 3º As quantidades de cargos vagos na classe poderão ser redistribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

CAPÍTULO II

DA CONCEITUAÇÃO ESTRUTURAL DA CARREIRA DO QPDE

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Carreira: agrupamento de cargos, escalonados em classes e referências, constantes em tabela de referência de vencimento;

II - Cargo: é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional, que devem ser cometidas ao servidor, composto por uma ou mais funções relacionadas ao desempenho de tarefas da área de atuação estatal, criado por Lei, com denominação própria, pagamento pelo arário e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - Função: conjunto de atribuições vinculadas à habilitação correspondente, de caráter específico para o desempenho de tarefas em um cargo de mesmo grau de complexidade/responsabilidade;

IV - Grau de Complexidade/responsabilidade: atributo do cargo referente ao requisito de escolaridade e complexidade de tarefas desempenhadas;

V - Provimento: é o ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;

VI - Progressão: é a passagem do servidor estável de duas referências salariais imediatamente superiores na mesma classe, limitada à referência final da classe.

VII - Promoção: passagem do servidor público estável, e em efetivo exercício em uma classe, para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo, de acordo com Tabela de Referência de Vencimento, poderá ser concedida por titulação ou antiguidade;

VIII - Realocação: movimentação funcional dentro do mesmo órgão, observados os critérios previamente estabelecidos pelo titular do DETRAN, ficando condicionada ao juízo de conveniência e interesse da administração pública, a pedido do funcionário ou *ex-officio*.

IX - Tabela de Referência de Vencimento: é a sequência escalonada verticalmente de referências do vencimento do cargo, dividida em 3 (três) classes;

X - Amplitude Salarial: intervalo entre o menor e o maior vencimento da Tabela de Referência de Vencimento, compreendida a primeira referência da Classe Inicial e a última referência da Classe Final;

XI - Vencimento: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível (referência salarial) fixado em Lei;

XII - Remuneração ou Vencimentos: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por Lei;

XIII - Interstício: é o prazo mínimo exigido para solicitar nova promoção ou progressão;

XIV - Perfil Profissiográfico: é o documento formal da descrição de funções dos cargos, indicando tarefas genéricas, específicas e especializadas, requisitos de escolaridade, exigências físicas, psicológicas e profissionais e demais condições necessárias ao desempenho do servidor nos cargos e funções.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

CAPÍTULO III DO INGRESSO E PERFIL PROFISSIONAL

Art. 3º O ingresso no Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR se dará mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, observada a escolaridade estabelecida no Anexo II desta Lei, podendo integrar a seleção o exame psicológico, passível de delegação sob supervisão do órgão da administração de pessoal do Poder Executivo, bem como Curso de Formação, exceto para cargo/função em extinção.

§ 1º A inspeção médica precederá sempre o ingresso no serviço público estadual.

§ 2º A inspeção médica e, se exigido no concurso, o exame psicológico, terão caráter eliminatório.

§ 3º O Curso de Formação, quando houver, terá caráter eliminatório ou classificatório.

§ 4º Outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função, poderão ser previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

Art. 4º O ingresso na carreira se dará na classe e referência inicial e de acordo com as exigências previstas para o cargo e função.

Art. 5º Será adotado o Perfil Profissional para a realização de concurso público, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação entre unidades do DETRAN, formação, capacitação profissional, aperfeiçoamento e outros institutos de desenvolvimento em cada carreira.

§ 1º O Perfil Profissional completo será encaminhado para publicação pelo DETRAN/PR no prazo de até doze meses a partir da edição desta Lei, por meio de Resolução Conjunta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e da Casa Civil, com participação do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.

§ 2º A regulamentação dos critérios e dos instrumentos específicos relativos à configuração do Perfil Profissional poderá ser alterada, sempre que se considerar necessário ou de interesse institucional, por meio de Resolução Conjunta nos moldes da Resolução que regulamentar o Perfil Profissional.

CAPÍTULO IV DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 6º O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo do DETRAN/PR, em virtude de concurso público, será submetido à Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório – AVDE, uma por ano, nos três primeiros anos como condição para aquisição da estabilidade.

Art. 7º O período de estágio probatório será de 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo.

Art. 8º A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório – AVDE verificará a aptidão, a capacidade, a adaptação, a adequação e a eficiência do servidor no desempenho das atribuições do cargo e função para os quais foi nomeado.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, regulamentará a Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório.

Art. 9º A estabilidade será declarada por ato conjunto da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP e o Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, após encerramento do processo de avaliação de desempenho do estágio probatório.

Art. 10. A reprovação na avaliação do estágio probatório resultará na exoneração do servidor, respeitados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei.

CAPÍTULO V **DA CARGA HORÁRIA, DA JORNADA E DO REGIME DE TRABALHO**

Art. 11. A carga horária dos cargos e funções constantes das carreiras do DETRAN/PR, é de 40 (quarenta) horas semanais, com jornada de 8 (oito) horas diárias, com exceção da função de médico que será de 20 horas semanais com jornada de 4 (quatro) horas diárias.

CAPÍTULO VI **DOS INSTITUTOS DE DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA**

Art. 12. O desenvolvimento profissional nas carreiras se dará pelos institutos da progressão e promoção, formalizado por meio de requerimento do servidor, atendendo as normas estabelecidas.

Art. 13. A progressão poderá ser concedida por titulação, ao servidor estável, a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício na referência, e uma vez atendidos os seguintes requisitos:

I – Cargo de Analista de Atividades de Trânsito ocorrerá por titulação, com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas de curso, relacionadas a sua função ou atividade desenvolvida, em cursos reconhecidos pelo DETRAN/PR ou pela Escola de Governo;

II – Cargo de Técnico de Atividades de Trânsito ocorrerá por titulação, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas de curso, relacionadas com a função ou atividade desenvolvida, em cursos reconhecidos pelo DETRAN/PR ou pela Escola de Governo;

III – Cargo de Auxiliar de Atividades Trânsito ocorrerá por titulação, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas de curso, relacionadas com a função ou atividade desenvolvida, em cursos reconhecidos pelo DETRAN/PR ou pela Escola de Governo;

§ 1º Para a concessão da progressão deverá ser respeitado interstício de tempo mínimo de 2 (dois) anos da última progressão.

§ 2º Os cursos realizados pela Escola de Governo do Paraná – Sistema Integrado de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos serão aceitos para os fins da progressão por titulação.

§ 3º A primeira progressão somente poderá ser requerida após o cumprimento do estágio probatório.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 4º Para fins do disposto nos termos de titulação, considera-se como cursos, eventos de aperfeiçoamento ou capacitação, promovidas por entidades privadas ou públicas devidamente reconhecidas no campo de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos ou nos termos de educação profissional.

Art. 14. A promoção ocorrerá alternadamente, pelos critérios de antiguidade e merecimento, sendo que na primeira promoção, o servidor deverá optar pelo critério que entender mais conveniente.

§ 1º Poderá concorrer à promoção pelo critério de antiguidade o servidor que se encontre na Classe III, com tempo mínimo de 15 (quinze) anos completos de efetivo exercício.

§ 2º Poderá concorrer à promoção pelo critério de antiguidade o servidor que se encontre na Classe II, com tempo mínimo de 20 (vinte) anos completos de efetivo exercício.

§ 3º Poderá concorrer à promoção pelo critério merecimento o servidor que se encontre na Classe III, com tempo mínimo de 10 (dez) anos completos de efetivo exercício e titulação superior à exigida para o ingresso, na forma do § 5º deste artigo.

§ 4º Poderá concorrer à promoção pelo critério merecimento o servidor que se encontre na Classe II, com tempo mínimo de 20 (vinte) anos completos de efetivo exercício e titulação superior à exigida para o ingresso, na forma do § 5º deste artigo.

§ 5º A titulação para fins de promoção por merecimento atenderá aos seguintes critérios:

I - para os servidores ocupantes do cargo de Analista de Atividade de Trânsito, titulação compatível com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação na forma de pós-graduação, nas modalidades especialização, mestrado ou doutorado, conforme a legislação que rege a matéria, realizada por instituição de ensino legalmente reconhecida;

II - para os servidores ocupantes do cargo de Técnico de Atividade de Trânsito:

a) titulação na forma de curso de ensino médio profissionalizante que não tenha sido exigência de ingresso, curso pós-médio, graduação, pós-graduação, nas modalidades especialização, mestrado ou doutorado conforme a legislação que rege a matéria, realizada por instituição de ensino legalmente reconhecida;

b) cursos que perfaçam, no mínimo, somatória de 180 (cento e oitenta) horas, compatível com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação.

III - Para os servidores ocupantes do cargo de Auxiliar de Atividade de Trânsito:

a) titulação na forma de curso de ensino médio, curso de ensino médio profissionalizante, curso pós-médio, graduação, pós-graduação, nas modalidades especialização, mestrado ou doutorado conforme a legislação que rege a matéria, realizada por instituição de ensino legalmente reconhecida;

b) cursos que perfaçam, no mínimo, somatória de 80 (oitenta) horas, compatível com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação.

Art. 15. O tempo a ser computado para fins de promoção observará:

I - o período de estágio probatório;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

II - não contemplará tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Poder Público.

Parágrafo único. A promoção ocorrerá somente dentro de uma mesma carreira correspondente ao cargo e função ao servidor estável.

Art. 16. A comprovação do título ANTIGÜIDADE se dará através dos registros disponíveis no sistema de Recursos Humanos administrados pela SEAP em anos de efetivo exercício medido em tempo para adicional.

Art. 17. A comprovação do título MERECIMENTO se dará mediante apresentação de fotocópia autenticada frente e verso, do diploma ou certificado acompanhado do histórico escolar e através dos registros disponíveis no sistema de Recursos Humanos administrados pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 18. Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida legalmente e/ou aqueles contemplados em regulamento específico, os quais ficarão sem eficácia para os institutos de desenvolvimento na carreira e os efeitos financeiros serão contados a partir da data de publicação de ato de concessão da promoção ou progressão.

Parágrafo único. Cursos ministrados pelo DETRAN/PR, os quais são específicos para desempenhar funções próprias do Departamento serão aceitos para promoção e progressão.

Art. 19. O servidor não poderá se candidatar à promoção por titulação ou à progressão nos casos de afastamento em virtude de mandato eletivo ou disposição funcional para outras esferas do poder.

Parágrafo único. Não haverá promoção de aposentados, geradores de pensão, servidores afastados sem remuneração.

CAPÍTULO VII DOS PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

Art. 20. O DETRAN/PR e a Escola de Governo instituirão cursos de aperfeiçoamento profissional, voltado para a capacitação e especialização do servidor na carreira, os quais observarão regulamentação estabelecida por ato próprio do Diretor-Geral do DETRAN/PR.

Parágrafo único. Os cursos terão por objetivo a formação e a capacitação profissional na busca constante da excelência dos serviços prestados.

CAPÍTULO VIII DO VENCIMENTO, DA REMUNERAÇÃO E VERBAS INDENIZATÓRIAS

Art. 21. A estrutura de remuneração dos servidores do DETRAN de cargos de provimento efetivo é composta por:

- I - Vencimento Básico;
- II - Adicional por Tempo de Serviço;
- III - Salário Família.

Parágrafo único. Aplica-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, a Tabela de Referência de Vencimento, na forma do Anexos III, desta Lei.

Art. 22. As gratificações e demais benefícios referidos neste capítulo serão devidos ao servidor alocado na respectiva unidade do DETRAN, e enquanto estiver no exercício de suas atribuições ou funções, cessando seu pagamento quando do afastamento não remunerado ou disposição funcional.

Art. 23. Será concedida aos servidores do QPDE, nos termos de Ato do Chefe do Poder Executivo e sem prejuízo de outros benefícios ou vantagens que venham a ser instituída por Lei, a Gratificação pelo Exercício de Serviço de Trânsito Específico – GESTE, I, II, III, IV e V fixada em valor unitário, como indicado nos incisos subsequentes, de natureza transitória, relativa ao desenvolvimento de atividades associadas às bancas examinadoras de trânsito teórico e prático, fiscalização e inspeção veicular, exposição às intempéries, entre outras atribuições que competem a essas atividades, na seguinte graduação:

I – GESTE I: Correspondente à aplicação de Exame Prático de Direção Veicular, no valor de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por exame;

II – GESTE II: Correspondente à aplicação de Exame Teórico, no valor de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por turma, limitando ao máximo de dez turmas diárias;

III – GESTE III: Correspondendo à prestação de Serviço de Vistoria, a ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

IV – GESTE IV: Correspondendo à prestação de Serviço de Junta Administrativa de Recursos de Defesa Prévia, a ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

V – GESTE V: Correspondendo à R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) por aula, pelo desempenho e exercício de Instrutor de Curso de Reciclagem para Condutores Infratores.

Parágrafo único: Os servidores farão jus à GESTE, devendo ter conhecimentos técnicos pedagógicos, conforme critérios estabelecidos pelo DETRAN, e serem designados através de Portaria do Diretor-Geral do DETRAN.

Art. 24. A GESTE será concedida aos servidores do QPDE, nos termos de ato do Chefe do Poder Executivo, e sem prejuízo de outros benefícios ou vantagens que venham a ser instituídas por Lei.

TÍTULO II

DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I

DOS CARGOS EM PROVIMENTO EM COMISSÃO - CC

Art. 25. Ficam transformados 1 (um) cargo de Chefe de Controladoria, símbolo DAS-5; 1 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5; 1 (um) cargo de Chefe de Núcleo de Controle Interno, símbolo DAS-5; 3 (três) cargos de Assistente de Tecnologia, símbolo 1-C; 1 (um) cargo de Chefe de Ciretran C, símbolo 2-C; 6 (seis) cargos de Assistente Técnico de



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Comunicação Social, símbolo 2-C; 103 (cento e três) cargos de Assistente de Coordenadoria, símbolo 4-C; 24 (vinte e quatro) cargos de Assistentes de Ciretran A, símbolo 7-C; 50 (cinquenta) cargos de Assistentes de Ciretran B, símbolo 7-C e 76 (setenta e seis) cargos de Assistentes de Ciretran C, símbolo 7-C em 2 (dois) cargos de Chefe de Núcleo, símbolo DAS-5; 1 (um) cargo de Chefe de Coordenadoria, símbolo DAS-5; 3 (três) cargos de Assistente Técnico de Diretoria, símbolo 1-C; 7 (sete) cargos de Assistente de Diretoria, símbolo 2-C; 103 (cento e três) cargos de Assistente, símbolo 4-C; 150 (cento e cinquenta) cargos de Assistente, símbolo 7-C.

Art. 26. Os cargos em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná, conforme Anexo IV desta Lei, são os seguintes: 01 (um) cargo de Diretor-geral, símbolo DAS-1; 04 (quatro) cargos de Diretor, símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de Chefe de Controladorias, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Ouvidor, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Chefe de Ciretran A, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5; 02 (dois) cargos de Chefe de Núcleo, símbolo DAS-5; 11 (onze) cargos de Chefe de Coordenadorias, símbolo DAS-5; 02 (dois) cargos de Assessor, símbolo DAS-5; 04 (quatro) cargos de Assistente de Engenharia e Arquitetura, símbolo 1-C; 12 (doze) cargos de Assistente Técnico de Diretoria, símbolo 1-C; 24 (vinte e quatro) cargos de Chefe de Ciretran B, símbolo 1-C; 11 (onze) cargos de Assistente Técnico Jurídico, símbolo 1-C; 14 (quatorze) cargos de Assistente de Diretoria, símbolo 2-C; 05 (cinco) cargos de Chefe de Posto, símbolo 2-C; 75 (setenta e cinco) cargos de Chefe de Ciretran C, símbolo 2-C; 103 (cento e três) cargos de Assistente, símbolo 4-C; 150 (cento e cinquenta) cargos de Assistentes, símbolo 7-C; e 1 (um) cargo de Assistente, símbolo 10-C.

CAPÍTULO II

DAS FUNÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

Art. 27. As Funções de Gestão Pública do Departamento de Trânsito do Paraná, conforme Anexo V desta Lei, são as seguintes: 01 (uma) função de gestão pública de Assessor, símbolo FG-5; 02 (duas) funções de gestão pública de Assistente Técnico de Diretoria, símbolo FG-10; 03 (três) funções de gestão pública de Assistente de Diretoria, símbolo FG-11 e 06 (seis) funções de gestão pública de Assistente de Coordenadoria, símbolo FG-13.

TÍTULO III

DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DE CONFIANÇA E DAS GRATIFICAÇÕES DE ENCARGOS ESPECIAIS

CAPÍTULO I

DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DE CONFIANÇA – FCC

Art. 28. A Função Comissionada de Confiança criada pela Lei nº 17.075, de 23 de janeiro de 2012, exclusiva para servidores do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR e que, cumulativamente, exerçam atribuições de Chefia de

Divisão, Chefia de Setor e Supervisão de Unidade Organizacional, passa a ser regulamentada por esta Lei, com quantidades e valores, de acordo com o Anexo VI desta Lei.

§ 1º A Função Comissionada de Confiança do DETRAN/PR – FCC é de responsabilidade e livre designação e dispensa do Diretor-Geral do DETRAN/PR, de acordo com critérios definidos em regulamentação interna, deixando de ser devida no momento em que cessar o exercício da atribuição da respectiva responsabilidade.

§ 2º A Função Comissionada de Confiança - FCC é inacumulável com Cargo de Provimento em Comissão, Funções Gratificadas, Tempo Integral e Dedicção Exclusiva – TIDE e outras gratificações e adicionais com a mesma natureza e característica.

§ 3º. A distribuição das FCCs será determinada no Regimento Interno do DETRAN/PR.

Art. 29. A Função Comissionada de Confiança – FCC é acessível quando preenchidas as condições previstas em lei e seus regulamentos.

§ 1º A Função Comissionada de Confiança – FCC é vinculada ao exercício de atividades técnico-gerenciais das estruturas organizacionais formais, possuindo caráter transitório.

§ 2º O ato de provimento a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser na forma de designação da autoridade máxima da entidade, publicada no Diário Oficial do Estado, contendo o nome completo do ocupante, RG, código ou simbologia da função e denominação da função.

§ 3º Não poderão ser designados ocupantes para Funções Comissionadas de Confiança em período retroativo superior a 30 (trinta) dias.

Art. 30. A contribuição previdenciária do servidor cometido de Função Comissionada de Confiança – FCC incidirá somente sobre a remuneração da carreira.

CAPÍTULO II

DA GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS – GEE

Art. 31. A Gratificação de Encargos Especiais criada pela Lei nº 17.466 de 02 de janeiro de 2013, exclusiva para servidores do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, passa a ser regulamentada por esta Lei com valor de acordo com o Anexo VIII desta Lei.

§ 1º A gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores lotados no DETRAN ocupantes de cargos efetivos, (Quadro Próprio dos Servidores do DETRAN do Estado do Paraná – QPDE), é instituída por atuação direta em atividade técnica e de suporte técnico administrativo, relacionadas à execução de Programas de Políticas Públicas de interesse da área de trânsito.

§ 2º Para efeitos desta lei, consideram-se como atividade técnica e de suporte técnico-administrativo, aquelas exclusivamente relacionadas à programação, ao projeto, ao planejamento, à execução, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação, ao controle e às atividades de apoio administrativo exercidas no âmbito do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, tendo como objetivo a melhoria de resultados, fixada em acordos de gestão, celebrados entre o órgão, seus dirigentes e o Poder Executivo.

§ 3º Na hipótese de o servidor ocupar cargo de provimento efetivo e cargo de provimento em comissão, simultaneamente, nos casos e formas previstas em Lei, deverá optar pela



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

percepção dos encargos especiais, ou do cargo em comissão.

§ 4º Os encargos especiais não integram a base de cálculo de qualquer outra gratificação, adicional ou vantagem que o servidor perceba ou venha a perceber, à exceção das férias e gratificação natalina, e será incorporável na forma da legislação previdenciária vigente.

Art. 32. Não será devida a gratificação criada no art. 31 desta Lei aos servidores que se enquadram nas seguintes condições:

- I - estiverem à disposição ou cedidos a outros órgãos ou entidades, independente do ônus;
- II - passarem ao gozo de licença para o trato de interesses particulares;
- III - não estiverem em efetivo exercício.

Art. 33. O ato de concessão da Gratificação de Encargos Especiais é de competência do Diretor-Geral do Departamento de Trânsito.

TÍTULO IV CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa do DETRAN/PR, ouvidos os órgãos competentes.

Art. 35. Os servidores atualmente lotados no DETRAN/PR têm o prazo de 90 (noventa) dias para optar pelo não enquadramento no QPDE.

Parágrafo único: O enquadramento no QPDE deverá obedecer a correlação de cargos e funções, na forma do Anexo VII desta Lei, na mesma classe e referência ou com valor igual ou imediatamente superior ao atualmente recebido, respeitada a correlação da classe e referência. Os servidores lotados no Departamento de Trânsito no momento da promulgação desta Lei, e optarem em permanecer no QPPE, poderão fazer jus às Gratificações e às FCCs descritas nesta Lei.

Art. 36. O primeiro procedimento de promoção e progressão deste Plano de Carreira terá início a partir de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da entrada em vigor desta Lei, não tendo validade os requerimentos protocolados antes desse prazo; os títulos utilizados pelos servidores para promoção ou progressão no Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE não poderão ser utilizados novamente para fins de promoção ou progressão no Quadro Próprio do DETRAN/PR – QPDE.

Art. 37. Nos casos omissos desta Lei aplicam-se as disposições contidas na Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 38. Será criado grupo interdisciplinar, nos moldes e prazo do artigo 5º desta Lei, para apresentar estudo de necessidade de competências, quantidade e alocação de servidores, objetivando a continuidade da prestação dos serviços públicos de competência do DETRAN/PR, primando pela eficiência e todos os princípios que norteiam a atividade administrativa, e de acordo com o plano estratégico definido para a entidade.

Art. 39. Os valores do vencimento, a Função Comissionada de Confiança e demais gratificações previstas nesta Lei será reajustado no mesmo percentual e nas mesmas datas previstas na Lei de reajuste geral e anual dos servidores públicos do Estado.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 40. Fica assegurado aos servidores, em afastamento funcional para desempenho de mandato eletivo em sindicato ou associação de classe, o direito de promoção e progressão na carreira e retorno à lotação de origem, respeitados os critérios definidos nesta lei.

Art. 41. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 42. Revoga:

I - a Lei nº 17.075, de 23 de janeiro de 2012; e

II - a Lei nº 17.466, de 02 de janeiro de 2013.

ANEXO I

TABELA DE QUANTIDADE DE CARGOS FIXADAS POR CLASSE

Auxiliar de Atividade de Trânsito	CLASSE	QUANTIDADE
	III	0
	II	1
	I	127
	Total	128

Técnico de Atividade de Trânsito	CLASSE	QUANTIDADE
	III	112
	II	550
	I	164
	Total	826

Analista de Atividade de Trânsito	CLASSE	QUANTIDADE
	III	12
	II	8
	I	13
	Total	33

ANEXO II

TABELA DE CARGOS E FUNÇÕES

CARREIRA - Auxiliar de Atividade de Trânsito			
Auxiliar de Atividade de Trânsito	FUNÇÕES	REQUISITO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO	QUANTIDADE
	Auxiliar de Atividade de Trânsito (à extinguir)	ENSINO FUNDAMENTAL	128

CARREIRA: Técnico de Atividade de Trânsito			
Técnico de Atividade de Trânsito	FUNÇÕES	REQUISITO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO	QUANTIDADE
	Técnico de Atividade de Trânsito	Ensino Médio Completo	826

CARREIRA: Analista de Atividade de Trânsito			
Analista de Atividade de Trânsito	FUNÇÕES	REQUISITO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO	QUANTIDADE
	Administrador	Graduação em Administração	10
	Agente Profissional -- Nível Superior (à extinguir)	Graduação em qualquer área	7
	Contador	Graduação em Ciências Contábeis	4
	Economista	Graduação em Economia	4
	Engenheiro Civil	Graduação em Engenharia Civil	1
	Médico (cargo à extinguir)	Graduação em Medicina	3
	Psicólogo RH	Graduação em Psicologia	4

ANEXO III
Tabela de Referência de Vencimento

Auxiliar			
Referência	CLASSE III	CLASSE II	CLASSE I
1	887,35	1.386,18	2.165,44
2	918,40	1.434,69	2.241,24
3	950,56	1.484,92	2.319,69
4	983,82	1.536,88	2.400,88
5	1.018,26	1.590,68	2.484,90
6	1.053,88	1.646,35	2.571,88
7	1.090,78	1.703,98	2.661,89
8	1.128,96	1.763,62	2.755,05
9	1.168,46	1.825,34	2.851,48
10	1.209,36	1.889,22	2.951,30
11	1.251,69	1.955,36	3.054,59
12	1.295,49	2.023,78	3.161,50

Técnico			
Referência	CLASSE III	CLASSE II	CLASSE I
1	R\$ 1.331,01	2.098,70	3.309,18
2	R\$ 1.377,61	2.172,16	3.425,00
3	R\$ 1.425,82	2.248,18	3.544,88
4	R\$ 1.475,72	2.326,88	3.668,95
5	R\$ 1.527,38	2.408,32	3.797,35
6	R\$ 1.580,83	2.492,62	3.930,26
7	R\$ 1.636,16	2.579,85	4.067,82
8	R\$ 1.693,43	2.670,16	4.210,20
9	R\$ 1.752,71	2.763,60	4.357,57
10	R\$ 1.814,04	2.860,32	4.510,07
11	R\$ 1.877,53	2.960,44	4.667,91
12	R\$ 1.943,26	3.064,05	4.831,29

Analista			
Referência	CLASSE III	CLASSE II	CLASSE I
1	R\$ 3.194,45	5.130,18	8.238,91
2	R\$ 3.306,25	5.309,74	8.527,26
3	R\$ 3.421,98	5.495,58	8.825,73
4	R\$ 3.541,75	5.687,92	9.134,62
5	R\$ 3.665,70	5.887,00	9.454,33
6	R\$ 3.794,00	6.093,04	9.785,22
7	R\$ 3.926,79	6.306,30	10.127,71
8	R\$ 4.064,22	6.527,02	10.482,19
9	R\$ 4.206,47	6.755,47	10.849,05
10	R\$ 4.353,72	6.991,91	11.228,78
11	R\$ 4.506,08	7.236,62	11.621,78
12	R\$ 4.663,80	7.489,91	12.028,55

ANEXO IV
TABELA DE CARGOS EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	SÍMBOLO
DIRETOR GERAL	1	DAS-1
DIRETOR	4	DAS-2
CHEFE DE CONTROLADORIA	1	DAS-5
CHEFE DE GABINETE	1	DAS-5
CHEFE DE NÚCLEO	2	DAS-5
CHEFE DE CIRETRAN - A	1	DAS-5
CHEFE DE COORDENADORIA	11	DAS-5
ASSESSOR	2	DAS-5
OUVIDOR	1	DAS-5
ASSISTENTE DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	4	1-C
ASSISTENTE TÉCNICO DE DIRETORIA	12	1-C
ASSISTENTE TÉCNICO JURÍDICO	11	1-C
CHEFE DE CIRETRAN - B	24	1-C
CHEFE DE CIRETRAN - C	75	2-C
ASSISTENTE DE DIRETORIA	14	2-C
CHEFE DE POSTO	5	2-C
ASSISTENTE	103	4-C
ASSISTENTE	150	7-C
ASSISTENTE	1	10-C
TOTAL	423	

ANEXO V
FUNÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	SÍMBOLO
ASSESSOR	1	FG-5
ASSISTENTE TÉCNICO DE DIRETORIA	2	FG-10
ASSISTENTE DE DIRETORIA	3	FG-11
ASSISTENTE	6	FG-13

ANEXO VI
Função Comissionada de Confiança - FCC

Nomenclatura	Simbologia	Quantidade	Valor
Chefe de Divisão	FCC1	41	R\$ 2.969,26
Chefe de Setor	FCC2	46	R\$ 1.837,13
Supervisor	FCC2	138	R\$ 1.837,13

ANEXO VII
TABELA DE ENQUADRAMENTO

DO CARGO QPPE	FUNÇÃO DO QPPE	CLASSE	PARA CARGO QPPE	CLASSE	FUNÇÃO DO QPPE
Agente de Apoio	Auxiliar de Manutenção, Auxiliar Administrativo, Auxiliar Operacional	III	Auxiliar de Atividade de Trânsito	III	Auxiliar de Atividade de Trânsito
		II		II	
		I		I	
Agente de Execução	Desenhista Técnico	III	Técnico de Atividade de Trânsito	III	Técnico de Atividade de Trânsito
		II		II	
		I		I	
Agente Profissional	Administrador	III	Analista de Atividade de Trânsito	III	Administrador
	Administrador	II		II	Administrador
	Administrador	I		I	Administrador
	APNS	III		III	APNS
	APNS	II		II	APNS
	APNS	I		I	APNS
	Contador	III		III	Contador
	Contador	II		II	Contador
	Contador	I		I	Contador
	Economista	III		III	Economista
	Economista	II		II	Economista
	Economista	I		I	Economista
	Médico	III		III	Médico
	Médico	II		II	Médico
	Médico	I		I	Médico
	Psicólogo	III		III	Psicólogo
	Psicólogo	II		II	Psicólogo
	Psicólogo	I		I	Psicólogo
	Eng. Civil	I		I	Eng. Civil

Pág. 194
DIRETORIA LEGISLATIVA

ANEXO VIII
Gratificação de Encargos Especiais – GEE

Nomenclatura	Simbologia	Valor
Gratificação de Encargos Especiais	GEE	R\$ 905,42



I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 18/03/15

Presidente

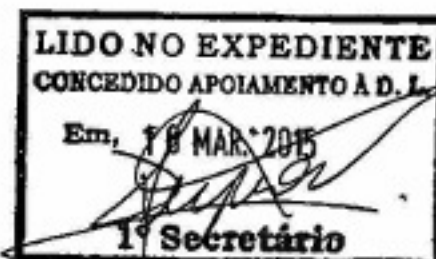


PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 008/2015

Curitiba, 17 de março de 2015.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dispor sobre o Quadro Próprio e Cargos Comissionados do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, conforme especifica.

A elaboração do plano de carreira é a estratégia mais eficiente para que a entidade e seus servidores possam ter uma visão de curto, médio e longo prazo a respeito das possibilidades de desenvolvimento profissional dentro da própria autarquia.

Além de definir possibilidades de crescimento, o quadro próprio possibilita à entidade uma definição estratégica do seu quadro de pessoal, apresentando, ainda, ferramentas de gestão do conhecimento e de avaliação do potencial individual e da equipe. O conjunto dessas ferramentas e a definição organizada e criteriosa das diversas oportunidades de crescimento dentro da organização resultam em diversos fatores positivos, tais como: maior motivação da equipe, redução da rotatividade e maior assertividade com relação ao cumprimento das metas apresentadas.

A criação de carreira fortalece e assegura a realização do cumprimento da legislação no que tange a área de trânsito no que compete ao DETRAN/PR, em reconhecimento à singularidade dos serviços prestados.

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.217.616-7



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Cabe aqui destacar a importância do DETRAN/PR, que tem como finalidade institucional, de acordo com o art. 22 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, garantir a aplicação da legislação de trânsito por meio da certificação de registro veicular, da habilitação de condutores, do controle de multas e acompanhamento de juntas de recursos, da fiscalização de parceiros do sistema (CFCs, Despachantes, Fábrica de Placas, etc.) e da promoção de educação para o trânsito visando a valorização da vida.

A natureza dos serviços exige conhecimento especializado que se aperfeiçoa pelo desenvolvimento das atribuições. A perda de servidores para órgãos e entidades de outros Estados e esferas do Poder Público importa na descontinuidade e atraso na realização desses serviços no Estado do Paraná.

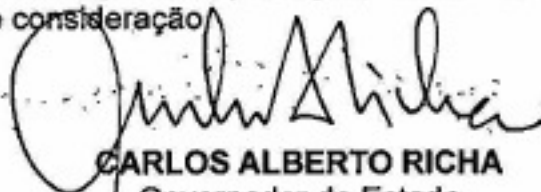
A justificativa para implementação e investimento no quadro de servidores do DETRAN/PR está demonstrada nos números do cadastro da frota de veículos do Paraná. No ano de 2001 era de 2.532.257 veículos, em 2012 atingiu o número de 5.797.871 de veículos registrados no Órgão, sem considerar a frota de veículos flutuantes, aqueles que circulam pelas ruas de nosso Estado, com placas de outras unidades da Federação. Isto significa que a frota aumentou 129% nestes últimos 11 anos. Consequentemente a demanda para regularização de documentos para circulação dessa frota aumentou proporcionalmente.

Verifica-se, por conseguinte, que a proposta apresentada, nada mais busca que a valorização profissional e funcional dos servidores frente aos desafios da atividade. Há que se considerar que o DETRAN/PR é um órgão que está presente em 101 municípios paranaense e presta serviços de alta relevância e de grande complexidade para toda população.

Urge, portanto, a necessidade da aprovação deste Anteprojeto de Lei, que busca restabelecer a normalidade e a legalidade do quadro próprio dos servidores do DETRAN/PR, cujo formato de trabalho impõe a necessidade de motivação e oxigenação funcional, permitindo ajuste da norma à realidade dos fatos, buscando a elevação da qualidade dos serviços prestados a toda comunidade.

Portanto, diante das razões expostas, encaminho a esta douta Casa de Leis o anexo Anteprojeto de Lei objetivando a criação do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida  voltar 

Exibir Ato

 Página para impressão

Lei 13666 - 05 de Julho de 2002

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 6265 de 5 de Julho de 2002

(vide Lei 14230, de 26/11/2003) (vide Decreto 3917 de 16/02/2012) (vide Decreto 4835 de 17/05/2005)

Súmula: Institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE, conforme especifica e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Capítulo I


Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Fica instituído o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais ocupantes de funcionários civis da Administração Direta e Autárquica, pertencentes ao Quadro Geral do Estado - QGE, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, decorrentes da alteração, em seis carreiras, fundamentado nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência do serviço público.

Parágrafo único. As disposições da presente Lei não se aplicam aos funcionários dos demais quadros de pessoal integrantes de carreiras estabelecidas por legislação própria.

Seção II Das Conceituações

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se:

 **I - Carreira:** agrupamento de cargos em classes da mesma profissão ou atividade, escalonadas segundo hierarquia de serviço, por acesso dos titulares dos cargos que a integram;

II - Cargo: unidade funcional básica da estrutura organizacional, de caráter genérico, de mesmo grau de complexidade/responsabilidade, composto por uma ou mais funções relacionadas ao desempenho de tarefas da área de atuação estatal, criado por Lei, com denominação própria e quantidade fixada por classes, pagamento pelo erário e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - Classe: escalonamento hierárquico de desenvolvimento profissional de um cargo, com idênticas atribuições e responsabilidades;

IV - Função: conjunto de atribuições vinculadas à habilitação correspondente, de caráter específico para o desempenho de tarefas em um cargo de mesmo grau de complexidade/responsabilidade;

V - Grau de Complexidade/responsabilidade: atributo do cargo referente ao requisito de escolaridade e complexidade de tarefas desempenhadas;

VI - Provimento: é o ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;

VII - Progressão: passagem do funcionário público estável de uma referência salarial para outra de maior valor, atendidos os requisitos estabelecidos para a classe;

VIII - Promoção: passagem do funcionário público estável e em efetivo exercício em uma classe, para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo;

IX - Movimentação Funcional: alteração do local de trabalho do funcionário estável, através da remoção de um órgão para outro, no interesse da Administração Pública, a pedido do funcionário ou *ex-officio*;

X - Mudança de Função: alteração da função de funcionário público estável quando este atender os requisitos constantes de uma outra função, dentro do mesmo cargo, da mesma complexidade/responsabilidade e classe, e mediante o interesse da Administração Pública;

XI - Tabela de Referência de Vencimento: tabela numérica, composta de indicativo de classe (coluna) e nível/referência salarial (linha), cuja interseção reflete o vencimento base sobre a qual incidirão os cálculos de vantagens adicionais de remuneração;

XII - Amplitude Salarial: intervalo entre o menor e o maior vencimento da Tabela de Referência de Vencimento, compreendida a primeira referência da Classe Inicial e a última referência da Classe Final;

XIII - Vencimento ou Vencimento base: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível (referência salarial) fixado em Lei; e

XIV - Vencimentos ou Remuneração: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por Lei.

CAPÍTULO II

Seção I

Da Composição e do Plano da Carreira

Art. 3º. As Carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, serão organizadas em 08 (oito) Cargos, disposto de acordo com a natureza profissional, complexidade de suas atribuições e nível de escolaridade, sendo que, cada cargo será composto de 03 (três) classes III, II e I, com as quantidades na forma do disposto nos Anexos I e VI desta Lei.

§ 1º. As carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, são: Apoio, Execução, Aviação, Penitenciária, Profissional e Fazendária, conforme segue:

I - Apoio, composta pelo cargo de Agente de Apoio;

II - Execução, composta pelo cargo de Agente de Execução;

III - Aviação, composta pelo cargo de Agente de Aviação;

IV - Penitenciária, composta pelo cargo de Agente Penitenciário;

V - Profissional, composta pelo cargo de Agente Profissional;

~~**VI** - Vetado~~

VI - Fazendária, composto pelos cargos de Agente Fazendário A, Agente Fazendário B e Agente Fazendário C, exclusiva dos funcionários efetivos do QG alocados na Secretaria de Estado da Fazenda ou Coordenação da Receita do Estado, na data de publicação desta lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

§ 2º. A Classe III de cada cargo será a classe inicial para o ingresso e a Classe I, a final para o desenvolvimento na carreira.

§ 3º. O requisito de escolaridade mínima dos cargos e das funções de cada cargo são fixados na forma dos Anexos II e VII desta lei.

§ 4º. A descrição das atribuições dos cargos, regulamentação da carga horária e outras características atinentes às funções serão definidas em ato do Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 4º. A jornada de trabalho dos cargos constantes da presente Lei é limitada em 40 (quarenta) horas semanais, ressalvada a da função de médico, que será de 20 (vinte) horas semanais, observado o disposto no inciso XVI, do Art. 27, da Constituição Estadual.

§ 1º. Ato do Chefe do Poder Executivo poderá determinar jornadas de trabalhos concentradas ou diferenciadas para cargos ou funções, com jornada mínima de 30 horas semanais.



§ 2º. A carga horária para funções desempenhadas em locais insalubres, penosos ou perigosos será avaliada pelo órgão de perícia oficial do Estado, que lavrará laudo de caráter individual para a concessão de jornada diferenciada conforme estabelece legislação federal específica.

§ 3º. Caberá à Unidade de Recursos Humanos competente a perfeita observância do disposto no parágrafo anterior, acompanhando a movimentação interna do funcionário ou funcionários que laborem nas referidas jornadas diferenciadas, extinguindo a aplicação daquelas quando extinto o fato gerador que a atribuiu.

SEÇÃO II

Do Provimento e do Estágio Probatório

Art. 5º. O provimento no cargo se dará na classe inicial, atendidos os seguintes requisitos para a investidura:

I - existência de vaga no cargo e na classe de ingresso;

II - aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - registro profissional regular no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por Lei; e

IV - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função, previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

Parágrafo único. A comprovação do preenchimento dos requisitos I a IV do *caput* deste artigo precederá a nomeação.

Art. 6º. A inspeção médica realizada por órgão de perícia oficial do Estado precederá sempre o ingresso no serviço público estadual, podendo integrar a inspeção, o exame psicológico.

§ 1º. A inspeção médica e, se exigido no concurso, o exame psicológico, terão caráter eliminatório.

§ 2º. O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, regulamentará o exame psicológico no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Lei, prevendo, inclusive, a possibilidade de interposição de recurso administrativo, podendo ser concedido, à critério da autoridade competente, efeito suspensivo ao recurso, contra a decisão do órgão de perícia oficial do Estado.

Art. 7º. O estágio probatório será de 3 (três) anos de efetivo exercício na função e classe, observado o disposto no Parágrafo 4º, do Art. 36 da Constituição Estadual.

§ 1º. O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, poderá estabelecer desdobramento dos requisitos para o estágio probatório.

§ 2º. O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, regulamentará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta Lei os critérios para a avaliação de desempenho para o estágio probatório.

SEÇÃO III

Do Desenvolvimento na Carreira

Art. 8º. O desenvolvimento profissional na carreira se dará pelos institutos da progressão, promoção e mudança de função.

Art. 9º. A progressão se dará na classe, ao funcionário estável, por antigüidade, avaliação de desempenho e por titulação.

§ 1º. A progressão por antigüidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na classe e será equivalente a uma referência salarial.

I - o estágio probatório será computado para a concessão de progressão por antigüidade;

II - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná, para efeitos desse parágrafo; e

III - não se contará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados para efeito desse parágrafo.

§ 2º. A progressão por Avaliação de Desempenho será equivalente a uma referência salarial.

I - O critério "conceito" para a progressão de que trata esse parágrafo, deverá ser o equivalente ao conceito máximo estabelecido em regulamento específico; e

II - O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, estabelecerá os demais critérios, a periodicidade e a competência para a aplicação e concessão desta modalidade de progressão.

§ 3º. A progressão por Titulação ocorrerá pelos seguintes critérios:

I - para o cargo de Agente de Apoio e Agente Fazendário C: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 40 (quarenta) horas ou por experiência.

II - para o cargo de Agente de Execução e Agente Fazendário B: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência.

III - para o cargo de Agente de Aviação: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência.

IV - para o cargo de Agente Penitenciário: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência.

V - para o cargo de Agente Profissional e Agente Fazendário A: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 180 (cento e oitenta) horas ou por experiência.

§ 4º. Os títulos de que trata o parágrafo anterior não poderão ser computados de forma cumulativa para efeitos da progressão por titulação, ficando sem eficácia administrativa após sua utilização para a presente progressão.

§ 5º. Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida legalmente e/ou aqueles contemplados em regulamento específico.

Art. 10. A promoção ocorrerá a cada quatro anos, para o funcionário estável, dentro de um mesmo cargo, devendo observar os seguintes requisitos:

I - existência de vaga na classe;

II - avaliação de títulos, tais como titulação escolar formal, experiência e ou tempo de serviço;

III - tempo mínimo de dois anos de efetivo exercício na classe e na função e somente após o estágio probatório;

IV - obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho a que for submetido; e

V - atendimento dos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, previstos em legislação específica.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de promoção, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 11. A mudança de função poderá ocorrer quando o funcionário público estável que atender os requisitos constantes de uma outra função, dentro do mesmo cargo, da mesma complexidade/responsabilidade e classe, poderá desempenhar outra função, por necessidade da Administração Pública ou impossibilidade de atuação em sua função original, observado o perfil profissiográfico, sempre a critério da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

SEÇÃO IV Da Movimentação de Pessoal

Art. 12. Os funcionários ocupantes de cargos público do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE terão lotação na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, e serão alocados nos órgãos da Administração Direta e Autárquica.

§ 1º. A movimentação do pessoal do QPPE, no âmbito da Administração Direta e Autárquica, dentro do mesmo quadro funcional, se dará pelo instituto da remoção, por Ato do titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP.



~~§ 2º. ...Vetado...~~

§ 2º. No âmbito da carreira de Agente Fazendário, a remoção ficará restrita somente entre a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA e Coordenação da Receita do Estado – CRE.

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

§ 3º. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os termos da movimentação de pessoal.

SEÇÃO V

Do Vencimento e da Remuneração

Art. 13. Aplicam-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, as Tabelas de Referência de Vencimento, na forma dos Anexos III e VIII, desta Lei.

Art. 14. A estruturação das tabelas de vencimento observará que a amplitude salarial entre a primeira referência salarial da classe inicial (III) e a última referência da classe final (I), não poderá ser superior a 4,5 (quatro vírgula cinco) vezes, para cada cargo.

○ **Parágrafo único.** Nenhuma tabela de vencimento do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE poderá possuir valor inicial menor que a referência inicial da Classe III do Cargo de Agente de Apoio e valor final maior que a referência final da Classe I do Cargo de Agente Profissional.

Art. 15. Aplicam-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, a seguinte estrutura de remuneração:

(vide Lei 14077, de 04/07/2003)

I - vencimento base ou vencimento;

II - Adicional por Tempo de Serviço;

III - Salário-Família;

IV - Vantagens atribuídas no desempenho ou no exercício do cargo ou função, sobre o vencimento base do cargo efetivo, em locais definidos por Lei, aos funcionários que laborem, com habitualidade, em locais insalubres, penosos ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida;

○ **V** - Tempo Integral e Dedicção Exclusiva – TIDE: retribuição financeira de caráter transitório, para atividades ou tarefas não previstas para o cargo ou função e que necessitem de continuidade e prontidão durante as 24 horas do dia, não podendo ser superior a 100% do vencimento base, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e desde que não esteja contemplada em gratificações ou adicionais de mesma natureza ou peculiaridade, não sendo incorporável na inatividade, sendo extinta sua aplicação quando extinto o fato gerador que a deu ensejo;
(vide Lei 15044 de 30/03/2006)

VI - Encargos Especiais: retribuição financeira extraordinária, de caráter transitório, para atividades ou tarefas de maior responsabilidade previstas em Lei ou regulamento, cujo valor monetário não poderá exceder a 4/5 (quatro quintos) do vencimento base, desde que não esteja contemplada em gratificações ou adicionais de mesma natureza ou peculiaridade, não sendo incorporável na inatividade e sendo extinta sua aplicação quando extinto o fato gerador que a deu ensejo; e

VII - Outras vantagens atribuídas no desempenho ou no exercício do cargo ou função, calculadas sobre o vencimento base do cargo efetivo, previstas em Lei.

§ 1º. As vantagens do desempenho do cargo/função serão atribuídas por exercício em local considerado insalubre, penoso ou perigoso, ouvindo-se, previamente, o órgão de perícia oficial do Estado, que lavrará laudo de caráter individual, identificando o funcionário ou funcionários que a elas farão jus, exceto para aquelas atividades ou operações no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme estabelece o Art. 6º da Lei n.º 10.692, de 27 de dezembro de 1993.

§ 2º. As vantagens auferidas por trabalho de natureza especial com risco de vida observarão as

situações estabelecidas em legislação específica.

§ 3º. As vantagens de que tratam os incisos IV, V e VI do *caput* deste artigo, são mutuamente excludentes.

§ 4º. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a concessão e fixará os valores do TIDE e dos Encargos Especiais para aplicação aos integrantes do QPPE, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP.

Art. 16. O regime de plantão deverá ser remunerado apenas quando ocorrer, ficando a cargo da unidade de recursos humanos competente, o acompanhamento e registro de cada ocorrência.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, estabelecerá os demais critérios e a competência para a aplicação e concessão do plantão.

Art. 17. Caberá à Unidade de Recursos Humanos competente a perfeita observância do disposto nos parágrafos anteriores, acompanhando a movimentação interna do funcionário ou funcionários que recebam as referidas gratificações, extinguindo a aplicação daquelas quando extinto o fato gerador que as deu ensejo.

Art. 18. Ficam criadas as seguintes vantagens, para aplicação exclusiva aos funcionários integrantes do QPPE:

(vide Lei 14077, de 04/07/2003)

I - Adicional de Atividade Penitenciária – AAP: retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, exclusiva para o cargo e função de Agente Penitenciário, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida inerente à função, incorporável para todos os efeitos legais;

~~**II – Adicional de Voo – AAV:** retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, para o cargo Agente de Aviação, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade de voo, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais;~~

~~**II – Adicional de Voo – AAV:** retribuição financeira fixada em valor, em duas parcelas, sendo uma fixa de natureza permanente e outra variável, para o cargo de Agente de Aviação, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade de voo, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais.
(Redação dada pela Lei 14077, de 04/07/2003)~~

II - Adicional de Voo – AAV: retribuição financeira para o cargo de Agente de Aviação fixada em valor fixo, de natureza permanente, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais.

(Redação dada pela Lei 17225 de 12/07/2012)

~~**III – Gratificação de Atividade Técnica – GAT:** retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, para o cargo Agente Profissional, para atividades de gerenciamento de projetos, atividades ou setores funcionais, não podendo ser superior ao vencimento base, incompatível com cargo de provimento em comissão, função gratificada, Gratificação de Atividade em unidade Penal e Correcional Intra Muros – GADI, Encargos Especiais e Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE;~~

III - Gratificação de Atividade Técnica e Suporte Técnico – GAST: retribuição financeira fixada em valor absoluto, de natureza transitória exclusiva dos cargos Agente Profissional, Agente de Execução e Agente de Apoio, vinculada a atividades técnicas e de suporte técnico de gerenciamento de projetos, atividades ou setores funcionais, não podendo ser superior ao vencimento base da referência salarial inicial de cada classe, incompatível com o cargo de provimento em comissão, função gratificada, e demais gratificações ou adicionais previstas nesta lei, além dos Encargos Especiais e regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE a que se refere a Lei 6.174/70.

(Redação dada pela Lei 15044 de 30/03/2006)

IV - Gratificação de Atividade de Saúde – GAS: retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade de saúde, incompatível com a Gratificação de Atividade Técnica – GAT, Adicional de Atividade Penitenciária – AAP e Gratificação de Atividade em unidade Penal ou Correcional Intra Muros – GADI, não incorporável na inatividade;

V - Gratificação de Atividade Artística – GAA: retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, exclusiva para as funções de Bailarino e Músico, que atuem no Centro Cultural Teatro Guaíra



- CCTG, não incorporável na inatividade;

VI - Gratificação de Atividade em Unidade Penal ou Correcional Intra Muros - GADI: retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, para outros cargos e funções nas unidades penais ou correcionais, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida no contato direto e contínuo com o presidiário, não incorporável na inatividade;

~~VII - ...Vetado...~~

VII - Gratificação de Atividade Fazendária - GAF - retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, para o cargo de Agente Fazendário, relativa as atividades de responsabilidade na Gestão Fiscal do Estado, exclusivamente para os funcionários alocados na Secretaria de Estado da Fazenda ou Coordenação da Receita do Estado; e

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~VIII - ...Vetado...~~

VIII - Gratificação de Incentivo à Titularidade - GITI - retribuição financeira mensal de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor básico para o cargo de Agente Profissional, aos funcionários portadores de Títulos de Programas de pós graduação, especialização ou aperfeiçoamento, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, emitidos por instituições de ensino superior regular ou órgão/unidade/centro de capacitação e/ou treinamento governamental.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

§ 1º. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a aplicação e fixará os valores das gratificações a que se referem os incisos anteriores.

§ 2º. O funcionário que optar pelas vantagens de que tratam os incisos IV, V e VI do *caput* do Artigo 15, desta Lei, não poderá receber as vantagens de que trata este artigo e a Gratificação pelo exercício de Encargos Especiais do cargo de provimento em comissão.

CAPÍTULO III Do Enquadramento

Art. 19. Os atuais funcionários do Quadro Geral - QG serão enquadrados no Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, observados os seguintes procedimentos e na ordem:

I - enquadramento na Tabela de Correlações de Cargos e Funções do Quadro Geral - QG para Cargos e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, na forma do Anexo IV e IX desta Lei;

II - enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo III desta Lei;

~~III - ...Vetado...~~

III - enquadramento salarial para os ocupantes de cargos da carreira de Agente Fazendário em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo VIII desta Lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~IV - ...Vetado...~~

IV - após o enquadramento, previsto no inciso II, o Agente Profissional de nível universitário, ativo e inativo, terá o enquadramento ajustado considerando a carga horária curricular de formação universitária, obedecendo o seguinte critério:

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~a) - ...Vetado...~~

a) até 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, o profissional permanecerá na referência salarial



conforme previsto no inciso II deste artigo;

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)



~~b) ...Vetado...~~

b) acima de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, o profissional avançará um nível de referência salarial a cada 200 horas adicionais de carga horária curricular.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

§ 1º. Considera-se vencimento do cargo, para fins do presente enquadramento:

a) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Apoio e Agente Fazendário C do QPPE: vencimento base;

b) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Execução e Agente Fazendário B do QPPE: vencimento base;

c) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Agente de Aviação do QPPE: vencimento base;

d) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Agente Penitenciário do QPPE: vencimento base; e

e) para as funções do Cargo de Técnico III, II e I do QG enquadrados no Cargo Profissional e Agente Fazendário A do QPPE: vencimento base mais Verba de Representação e mais Gratificação de Produtividade a que se refere a Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997.

~~§ 2º. ...Vetado...~~

§ 2º. Os servidores portadores de diploma de curso superior, não enquadrados nos Cargos e Funções de Técnico III, II e I do Quadro Geral - QG, serão enquadrado, com base no vencimento básico, no cargo de Agente Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo, conforme suas formações.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~§ 3º. ...Vetado...~~

§ 3º. O enquadramento dos servidores de nível universitário lotados na Secretaria de Estado dos Transportes e no Departamento de Estradas de Rodagem será efetivado através da presente lei, com alteração para 190% (cento e noventa por cento) do percentual citado no artigo 2º da Lei nº 11.714/97, de 07 de maio de 1997.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

Art. 20. Os atuais funcionários aposentados e pensionistas do Quadro Geral - QG serão enquadrados no Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, observados os seguintes procedimentos e na ordem:

I - enquadramento na Tabela de Correlação de Cargos e Funções do Quadro Geral - QG para os Cargos e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, na forma dos Anexos IV e IX desta Lei;

II - enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo III desta Lei.

~~**III** - ...Vetado...~~

III - enquadramento salarial para os ocupantes da carreira de Agente Fazendário em valor superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo VIII desta Lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

Parágrafo único. Considera-se benefício ou provento, para fins do presente enquadramento:

a) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Apoio do QPPE: vencimento base;

- b) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Execução do QPPE: vencimento base;
- c) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Agente Penitenciário do QPPE: vencimento base;
- d) para as funções do Cargo Técnico III, II e I do QG enquadrados no Cargo Profissional do QPPE: vencimento base mais Verba de Representação e mais Gratificação de Produtividade a que se refere a Lei nº 11.714 de 07 de maio de 1997.

Art. 21. Os funcionários atualmente ocupantes das funções de Médico Plantonista, Sanitarista e Técnico Especialista, com formação em Medicina, serão enquadrados na função de Médico.

~~§ 1º. ...Vetado...~~

§ 1º. Os servidores portadores de diploma de curso superior, não enquadrados nos Cargos e Funções de Técnico III, II e I do Quadro Geral - QG, serão enquadrados no cargo de Agente Profissional e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo, conforme suas formações.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~§ 2º. ...Vetado...~~

§ 2º. Os funcionários atualmente ocupantes dos cargos de Músico de Orquestra, Spalla, Maestro Adjunto e Maestro Titular serão enquadrados na função de Músico de Orquestra, desde que atendam aos respectivos requisitos de escolaridade. Os demais ocuparão a função de Instrumentista Musical.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

Art. 22. A execução do presente enquadramento será de responsabilidade das unidades de recursos humanos de cada órgão, sob supervisão de comissão designada pelo titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 23. Os demais termos necessários ao cumprimento do enquadramento serão definidos e divulgados pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 24. O prazo prescricional para revisão dos efeitos funcionais e financeiros decorrentes desta Lei se encerra em um ano, a contar de sua publicação.

CAPÍTULO IV **Das Disposições Finais e Transitórias**

Art. 25. Ficam incorporadas ao vencimento base as vantagens de que tratam os Artigos 2º e 5º, da Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997, para o Cargo Técnico III, II e I, do Quadro Geral.

Art. 26. A primeira promoção, para o pessoal ativo, ocorrerá:

I - para o cargo Agente de Apoio e Agente Fazendário C: após 18 (dezoito) meses a partir do enquadramento da presente Lei;

II - para o cargo Agente de Execução, Agente de Aviação, Agente Penitenciário e Agente Fazendário B: após 12 (doze) meses a partir do enquadramento da presente Lei; e

III - para o cargo Agente Profissional e Agente Fazendário A: imediatamente à publicação desta Lei.

Parágrafo único. Mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, o Chefe do Poder Executivo regulamentará os termos da primeira promoção.

~~Art. 27. ...Vetado...~~

Art. 27. A primeira promoção prevista no art. 26 - Capítulo IV da presente Lei obedecerá ao seguinte critério, sem prejuízo aos demais critérios:

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

a) ~~...Vetado...~~

a) o exercício de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados no desempenho dos cargos de Secretário de Estado, Diretor Geral, Diretor Presidente ou funções assemelhadas, permitirá a progressão em 11 (onze) referências salariais;

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

b) ~~...Vetado...~~

b) o exercício de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados no desempenho dos cargos de Diretor de Área, Superintendente Regional, Chefe de Centro/Escritório Regional, Coordenador de Área ou funções assemelhadas, permitirá a progressão em 9 (nove) referências salariais; e

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

c) ~~...Vetado...~~

c) o exercício de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados no desempenho dos cargos de Chefe de Departamento, Assessor de Diretoria, Gerente, Chefe de Divisão, Chefe de Seção, Chefe de Distrito, Fiscal de Obra, Agente Agropecuário ou funções assemelhadas, permitirá a progressão em 7 (sete) referências salariais.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

Parágrafo único. ~~...Vetado...~~

Parágrafo único. As funções de que trata o presente artigo não poderão ser computadas de forma cumulativa para efeito de promoção, ficando sem eficácia administrativa após sua utilização para a presente promoção.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

Art. 28. A primeira progressão por tempo de serviço, para o pessoal ativo, ocorrerá:

I - para o cargo Agente de Apoio e Agente Fazendário C: após 18 (dezoito) meses contados a partir do enquadramento da presente Lei;

II - para o cargo Agente de Execução, Agente de Aviação, Agente Penitenciário e Agente Fazendário B : após 18 (dezoito) meses contados a partir do enquadramento da presente Lei; e

III - para o cargo Agente Profissional e Agente Fazendário A: 12 (doze) meses contados a partir do enquadramento da presente Lei.

Parágrafo único. Mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, o Chefe do Poder Executivo regulamentará os termos da primeira progressão.

Art. 29. O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, redistribuirá as quantidades de cargos vagos nas classes, para fins de promoção.

Art. 30. As gratificações a que se refere o Anexo V, ficam convertidas em valor correspondente ao percebido na data de publicação desta Lei, sendo devidas enquanto o funcionário permanecer no local, ficando vedada sua percepção para os demais funcionários do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE.

§ 1º. As gratificações a que se refere o Artigo 18 serão implementadas no prazo de 12 (doze) meses contados a partir da publicação da presente Lei.

~~§ 2º. ...Vetado...~~

§ 2º. A gratificação a que se refere o art. 15, inciso VI, será estendida retroativamente ao mês de março de 2002, a partir da publicação da presente lei, aos funcionários da SEAB não atingidos pelo Decreto nº 5391, de 04 de março de 2002.



(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)



§ 3º. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a regra de transição da situação atual, promovendo a compatibilização para o previsto no Artigo 18, desta Lei.

~~Art. 31. ...Vetado...~~

Art. 31. Ficam criados, no âmbito da Assessoria Especial para Assuntos Indígenas – AAI, órgão vinculado à Governadoria, os seguintes cargos de provimento em comissão:

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~I. ...Vetado...~~

I - 1 (um) cargo de Assessor Especial, símbolo DAS-1;

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~II. ...Vetado...~~

II - 2 (dois) cargos de Assessor Administrativo, símbolo 3-C;

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~III. ...Vetado...~~

III - 1 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo 5-C.

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~Art. 32. ...Vetado...~~

Art. 32. Fica a tabela de vencimentos anexa ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do Governo do Estado, reajustada em 20%, conforme a Planilha nº 01, em anexo.

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~Art. 33. ...Vetado...~~

Art. 33. Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a adequar os cargos de servidores penitenciários de acordo com a função que vêm exercendo, ou por opção, conforme a qualificação técnica, a responsabilidade técnica e o nível de escolaridade exigíveis para cada caso, no período de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~Art. 34. ...Vetado...~~

Art. 34. Os servidores penitenciários e educadores sociais têm direito à aposentadoria especial, devido à natureza de trabalhos insalubres, perigosos e penosos, após o exercício de 25 anos de suas respectivas funções.

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~Art. 35. ...Vetado...~~

Art. 35. Será garantida a participação dos representantes dos sindicatos de servidores estaduais junto à Secretaria de Estado de Administração e Previdência (SEAP), bem como a cada secretaria/órgão, nas comissões e/ou mecanismos que definirão os termos do enquadramento, nas regulamentações e decisões/ações relacionadas à implantação, desenvolvimento e manutenção do Quadro Próprio do Poder

Executivo (QPPE), instituído pela presente lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)



~~Parágrafo único. ---Vetado---~~

Parágrafo único. Os sindicatos de servidores estaduais de cada secretaria/órgão indicará os seus representantes e na ausência destes, os servidores das respectivas instituições definirão seus representantes em Assembléia Geral, especificamente convocada para tal finalidade.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~Art. 36. ---Vetado---~~

Art. 36. Fica assegurada a revisão anual das Tabelas de Referência de Vencimento Base das carreiras que integram o Anexo III desta Lei, de forma cumprir-se os ditames das Constituições Federal (art. 37, inciso X) e Estadual (art. 27, inciso X).

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

☐ ~~Art. 37. ---Vetado---~~

Art. 37. O enquadramento de que trata o Capítulo III, desta Lei, será efetivado no mês julho.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~Art. 38. ---Vetado---~~

Art. 38. Fica estabelecida Data Base para os Servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, a data de publicação da presente Lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~Art. 39. ---Vetado---~~

Art. 39. Fica incorporado ao Vencimento Base do QPPE, (Quadro Próprio do Poder Executivo) a gratificação de R\$ 100,00 (cem reais), dada a título de assiduidade aos funcionários do QGE (Quadro Geral do Estado).

☐ (Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

Art. 40. Os atos referentes à aplicação da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Poder Executivo, com os respectivos cancelamentos de programas governamentais e cujos efeitos financeiros ocorrerão a partir de sua publicação.

Art. 41. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os casos omissos a esta Lei, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 42. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, e disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de julho de 2002.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Ricardo Augusto Cunha Smijtk
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

José Cid Campêlo Filho



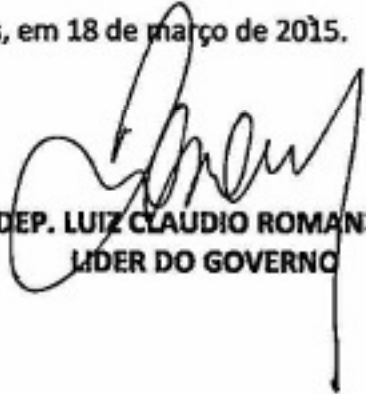
REQUERIMENTO



SÚMULA: REQUER REGIME DE URGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 193/2015 – ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 008/15, que dispõe sobre o Quadro Próprio e Cargos Comissionados do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, conforme específica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer, após ouvido o Douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei nº 193/2015 – oriundo da Mensagem n.º 008/15, que dispõe sobre o Quadro Próprio e Cargos Comissionados do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, , conforme específica.

Sala das Sessões, em 18 de março de 2015.


DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
LÍDER DO GOVERNO

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL. 19/03/15

14:47 18/03/2015 001152 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 193/2015

Projeto de Lei nº. 193/2015

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 008/2015

Súmula: Dispõe sobre o quadro próprio e cargos comissionados do departamento de trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, conforme especifica.

EMENTA: QUADRO PRÓPRIO E CARGOS COMISSIONADOS DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ – DETRAN/PR. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65; 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 008/2015, dispõe sobre o quadro próprio e cargos comissionados do departamento de trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a Iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

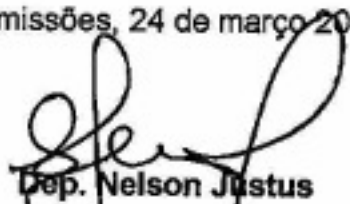
Com relação ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº. 101/00 observa-se que o Projeto visa mera readequação do quadro de Funcional do Detran/PR, revogando as Leis esparsas anteriores que versavam sobre o tema.

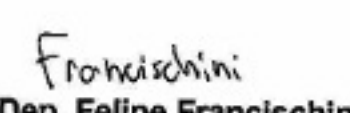
Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

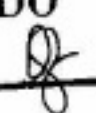
Sala das Comissões, 24 de março 2015.


Dep. Nelson Justus
Presidente


Francischini
Dep. Felipe Francischini
Relator


Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

24/03/15 



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

n189

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 127/2015

INTERESSADO: Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR

ASSUNTO: Projeto de lei para criação de Quadro Próprio de Servidores do DETRAN/PR

PROTOCOLO: nº 13.217.616-7

O presente expediente versa sobre a minuta de Anteprojeto de Lei para criação do Quadro Próprio dos Servidores do Detran – QPDE, o qual será composto pelos atuais servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, alocados na referida autarquia.

O processo supracitado tem como valor total R\$ 64.823.022,08 (sessenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e três mil, vinte e dois reais e oito centavos), referente aos 12 (doze) meses de salários, décimo terceiro e férias, conforme planilha anexa. Tais valores possuem adequação com a LOA – Lei Orçamentária Anual de 2015, na dotação orçamentária 1330.06181134.039 – Ações do Detran, espécie pessoal, fonte 250 – Diretamente Arrecadados, conforme Informação nº 003/2015-GOS/CC às fls. 213 deste protocolado.

Analisando o teor do presente protocolado, observa-se que este tramita desde junho de 2014 e, desde então, foi instruído com diversos documentos, dentre os quais destaca-se: informação da Coordenadoria Financeira – COFIN do DETRAN/PR (fls. 74) constatando que a alteração no regime do Quadro de Pessoal não causará impactos adicionais de natureza orçamentária ou financeira na realização das despesas da entidade autárquica em comento; Informações do Núcleo Jurídico da Administração da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – NJA/SEAP (fls. 83/95 e 147/154) recomendando adequações a serem realizadas no projeto; parecer técnico da CMI da Secretaria de Estado do Planejamento (fls. 204); entre outros.

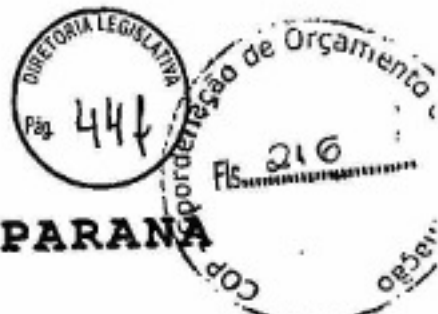
Em 05 de dezembro de 2014 este protocolado foi remetido a esta Coordenação de Orçamento e Programação – COP com o intuito de prestar informações sobre o pleito, a qual foi feita às fls. 199/200, declarando que a presente despesa não geraria impacto na folha de pagamento da referida entidade autárquica, bem como informando a situação orçamentária por onde correria a despesa em questão.

Posteriormente, os autos foram remetidos para a SEPL, a qual emitiu parecer às fls 204 e, em seguida, a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP solicitou a remessa dos autos à Casa Civil para que procedessem à continuidade do trâmite legislativo. Porém, os autos retornaram à COP em 27/01/2015 (fls. 208-v) para prestar nova informação.





GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



Tendo em vista a mudança do exercício financeiro, em consonância ao art. 34 da Lei nº 4.320/64, esta COP solicitou a atualização das informações orçamentárias pertinentes ao Grupo Orçamentário Setorial - GOS da Casa Civil (fls. 209).

Tendo retornado com a informação em questão (fls. 213), no que compete esta COP, informamos a situação da dotação orçamentária, conforme quadro abaixo:


ESPÉCIE	FONTE	DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA	EMPENHADO	SALDO DISPONÍVEL	PAGO
PESSOAL	250	R\$ 79.884.490	R\$ 0	R\$ 79.884.490	R\$ 0


Tendo em vista as informações e documentos apresentados que evidenciam não haver aumento na despesa referente a pessoal da entidade e que não haverá impacto orçamentário e financeiro diferente do previsto, esta Coordenação de Orçamento e Programação - COP opina pela remessa dos autos à Casa Civil para as demais providências cabíveis, em conformidade com Despacho da SEAP às fls. 208.

A título didático, lembre-se que qualquer projeto de lei, caso implique em acréscimo de despesa com pessoal e encargos sociais, o que não ficou configurado no presente protocolo, frise-se, devem observar minuciosamente os procedimentos elencados no art. 32 do Decreto nº 25, de 01 de janeiro de 2015, o qual deve ser interpretado conjuntamente ao art. 16 e 18 da Lei Complementar nº 101/2000.

Por todo o exposto, remeta-se o presente protocolado à Casa Civil.
É a informação.

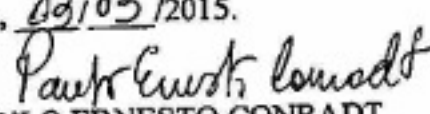
Curitiba, em 03 de março de 2015.


RAFAELLI BUENO SAMPAIO
Técnica Orçamentária


PEDRO RAFAEL FERNANDES LOBATO
Assessor Jurídico COP/SEFA

Com a informação supra
encaminhe-se à Chefia de Gabinete/SEFA

Em, 03/03/2015.


PAULO ERNESTO CONRADT

Coordenador da COP/SEFA

DEMONSTRATIVO COM GASTO DE PESSOAL (2015)
MÉDIA DE VALORES EXERCÍCIO 2014.

214
COP - Coordenação de

JAN/15	FEB/15	MAR/15	ABR/15	MAI/15	JUN/15	JULHO/15
R\$ 4.861.738,81	R\$ 4.861.738,81	R\$ 4.861.738,81	R\$ 4.861.738,81	R\$ 4.861.738,81	R\$ 4.861.738,81	R\$ 4.861.738,81

AGO/15	SET/15	OUT/15	NOV/15	DEZ/15	13º SAL./15	FERIAS
R\$ 4.861.738,81	R\$ 4.861.738,81	R\$ 4.861.738,81	R\$ 4.861.738,81	R\$ 4.861.738,81	R\$ 4.861.738,81	R\$ 1.620.417,55
ANUAL R\$ 64.823.022,08						



e-COP Programação Orçamentária
Relatório QDD por Espécie/Fonte de um Projeto Atividade
**** Valores Oficiais ****



Projeto : 13 - CASA CIVIL
Estado : 30 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN
Projeto Atividade : 4039 - AÇÕES DO DETRAN
Atividade : 1330.06181134.039

Descrição	Fonte	Orçamento Inicial	Disponibilidade Orçamentária	Contingenciado	Total Orçamentário	Empenhado	Saldo Disponível	Liquidado
PESSOAL/ENC.SOC	250	79.884.490	79.884.490	0	79.884.490	0,00	79.884.490,00	0,00
PESS.	T	79.884.490	79.884.490	0	79.884.490	0,00	79.884.490,00	0,00
	OF	79.884.490	79.884.490	0	79.884.490	0,00	79.884.490,00	0,00
Todas		79.884.490	79.884.490	0	79.884.490	0,00	79.884.490,00	0,00
DETR.DESP.CORR.	250	351.407.760	156.521.625	194.886.135	351.407.760	0,00	156.521.625,00	0,00
	254	28.752.850	14.876.425	14.876.425	28.752.850	0,00	14.876.425,00	0,00
OUT.C	T	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	OF	381.160.630	171.398.050	209.762.560	381.160.630	0,00	171.398.050,00	0,00
Todas		381.160.630	171.398.050	209.762.560	381.160.630	0,00	171.398.050,00	0,00
OUT.C Especial	250	2.243.600	993.600	1.250.000	2.243.600	0,00	993.600,00	0,00
OUT.C Especial	T	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	OF	2.243.600	993.600	1.250.000	2.243.600	0,00	993.600,00	0,00
Todas		2.243.600	993.600	1.250.000	2.243.600	0,00	993.600,00	0,00
INVESTIMENTOS	250	47.554.150	0	47.554.150	47.554.150	0,00	0,00	0,00
Total INVES	T	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	OF	47.554.150	0	47.554.150	47.554.150	0,00	0,00	0,00
Todas		47.554.150	0	47.554.150	47.554.150	0,00	0,00	0,00
Total	T	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	OF	510.842.870	252.278.140	258.568.730	510.842.870	0,00	252.278.140,00	0,00
Todas		510.842.870	252.278.140	258.568.730	510.842.870	0,00	252.278.140,00	0,00

GOVERNO DO PARANÁ – CASA CIVIL
GRUPO ORÇAMENTÁRIO SETORIAL



INFORMAÇÃO Nº 003/2015-GOS/CC

Protocolado nº 13.217.616-7

Senhor Diretor,

O presente protocolado versa sobre a minuta de Anteprojeto de Lei para a criação do Quadro Próprio dos Servidores do DETRAN – QPDE, que será composto pelos atuais servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, alocados na referida Autarquia.

A matéria teve seu início ainda no exercício de 2014, e consta nas páginas de nº 180 do presente expediente, informação da própria Entidade, dizendo que não haverá impacto na folha de pagamento.

Conforme solicitado, e de acordo com a Lei Orçamentária Anual nº 18.409 de 29 de dezembro de 2014, Decreto Estadual nº 25 de 01 de janeiro de 2015 e Resolução nº 25 de 03 de fevereiro de 2015, da SEFA, que estabeleceu as disponibilidades orçamentárias para a execução da despesa do exercício de 2015, estamos informando que **existe disponibilidade orçamentária** na dotação abaixo especificada e QDD em anexo, no valor de R\$ 79.884.490,00 (setenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa reais), para atender as despesas com Pessoal e Encargos Sociais da referida Entidade no exercício de 2015.

Órgão: 13 – CASA CIVIL

Unidade: 30 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN

P/A: 4039 – Ações do DETRAN


Dotação: 1330.06181134.039

Espécie de despesa: 01 – Pessoal e Encargos Sociais

Fonte de recursos: 250 – Diretamente Arrecadados.

É a informação,

Curitiba, 19 de fevereiro de 2015.


Maria Cristina Magalhães,
Chefe do GOS/CC



GOVERNO DO PARANÁ
CASA CIVIL
GRUPO ORÇAMENTÁRIO SETORIAL - GOS

Período:

01/07/75 a 21/

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO ANALÍTICO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTO	VALORES	SUPLEMENTAÇÃO	SALDO A	VALORES M	SALDO
b/a		CASA CIVIL	1º TRIM.	2º TRIM.	3º TRIM.	4º TRIM.	ANUAL
		LEI Nº 18.409					
TOTAL CASA CIVIL							
SEEG - PESSOAL		44.854,50	0	0	0	0	44.854,50
DEG - DEP.		16.474,80	0	0	0	0	16.474,80
DEG - INVESTIMENTOS		5.605,00	0	0	0	0	5.605,00
TOTAL DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES							
401 - Despesa de funcionamento da Prefeitura de governo e Secretarias Especiais (POC)		1.555,00	0	0	0	0	1.555,00
3301 - Contr. Diária		1.500,00	0	0	0	0	1.500,00
3301 - Contr. Corretivo		350,00	0	0	0	0	350,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal		250,00	0	0	0	0	250,00
3301 - Contr. Mensal							



e-COP Programação Orçamentária
Relatório QDD por Espécie/Natureza/Fonte de um Projeto Atividade
**** Valores Oficiais ****

Órgão : 13 - CASA CIVIL
Cidade : 30 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN
Projeto Atividade : 4039 - AÇÕES DO DETRAN
Detalhe : 1330.06181134.039

Descrição	Fonte	Orçamento Inicial	Disponibilidade Orçamentária	Contingenciado	Total Orçamentário	Empenhado	Saldo Disponível	Liquidado
RECURSOS SOC								
33901000	250	67.084.700	67.084.700	0	67.084.700	0,00	67.084.700,00	0,00
33901000	250	3.894.700	3.894.700	0	3.894.700	0,00	3.894.700,00	0,00
33901000	250	300.000	300.000	0	300.000	0,00	300.000,00	0,00
33901000	250	400.000	400.000	0	400.000	0,00	400.000,00	0,00
33901000	250	8.208.000	8.208.000	0	8.208.000	0,00	8.208.000,00	0,00
Total PESS.	T	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	OF	79.884.490	79.884.490	0	79.884.490	0,00	79.884.490,00	0,00
Totais	Totais	79.884.490	79.884.490	0	79.884.490	0,00	79.884.490,00	0,00
DESPESAS CORR								
33901400	250	1.100.000	412.500	687.500	1.100.000	0,00	412.500,00	0,00
33901400	250	550.000	125.000	425.000	550.000	0,00	125.000,00	0,00
33901400	250	2.000.000	750.000	1.250.000	2.000.000	0,00	750.000,00	0,00
33901400	250	13.822.000	3.022.750	10.799.250	13.822.000	0,00	3.022.750,00	0,00
33901400	250	610.000	228.750	381.250	610.000	0,00	228.750,00	0,00
33901400	250	600.000	225.000	375.000	600.000	0,00	225.000,00	0,00
33901400	250	11.544.180	4.328.050	7.216.130	11.544.180	0,00	4.328.050,00	0,00
33901400	250	42.000.000	15.768.750	26.231.250	42.000.000	0,00	15.768.750,00	0,00
33901400	250	275.775.820	131.518.815	144.256.995	275.775.820	0,00	131.518.815,00	0,00
33901400	250	29.752.850	14.878.425	14.874.425	29.752.850	0,00	14.878.425,00	0,00
33901400	250	50.000	50.000	0	50.000	0,00	50.000,00	0,00
33901400	250	193.600	193.600	0	193.600	0,00	193.600,00	0,00
33901400	250	2.182.000	2.182.000	1.370.000	2.182.000	0,00	2.182.000,00	0,00
Total OUT.C	T	184.000	89.000	95.000	184.000	0,00	89.000,00	0,00
	OF	383.404.230	172.391.650	211.012.580	383.404.230	0,00	172.391.650,00	0,00
Totais	Totais	383.404.230	172.391.650	211.012.580	383.404.230	0,00	172.391.650,00	0,00
INVESTIMENTOS								
44905100	250	28.459.500	0	28.459.500	28.459.500	0,00	0,00	0,00
44905200	250	19.094.850	0	19.094.850	19.094.850	0,00	0,00	0,00
Total INVS	T	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	OF	47.554.350	0	47.554.350	47.554.350	0,00	0,00	0,00
Totais	Totais	47.554.350	0	47.554.350	47.554.350	0,00	0,00	0,00
Total	T	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	OF	510.842.870	252.276.140	258.568.730	510.842.870	0,00	252.276.140,00	0,00
Totais	Totais	510.842.870	252.276.140	258.568.730	510.842.870	0,00	252.276.140,00	0,00



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 193/15

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 008/15, dispõe sobre o Quadro Próprio e Cargos Comissionados do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, conforme especifica.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Felipe Francischini, que exarou o devido parecer favorável, sendo aprovado, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observa-se na justificativa do autor que a proposta visa restabelecer a normalidade e a legalidade do Quadro Próprio dos servidores do DETRAN/PR., bem como a valorização profissional e funcional daqueles servidores.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto a iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87, todos da Constituição Estadual.

Insta observar que, a proposta não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, pois a matéria em questão, não apresenta impacto na folha de pagamento.

De igual modo, a Secretaria de Estado da Fazenda, apresenta a Informação nº 127/2015, onde constata-se que o Projeto de Lei em tela tem como valor total R\$64.823.022,08 (sessenta e quatro

[Assinatura]

[Assinatura]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



milhões oitocentos e vinte três mil, vinte e dois reais e oito centavos), referente aos 12 (doze) meses de salários, décimo terceiro e férias. Os valores acima possuem adequação com a Lei Orçamentária Anual de 2015, na dotação orçamentária 1330.06181134.039 – Ações do DETRAN.

CONCLUSÃO

Sendo assim, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 25/03/15

DEPUTADO GILSON DE SOUZA
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

[Assinatura]
Dep. Antônio

[Assinatura]
Dep. Elcio

[Assinatura]
Dep. Thiago

ANTEPROJETO DE LEI 201/2015

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica, localizado no Município de Renascença, ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso, ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, do imóvel localizado na Rua Nereu Ramos, 1.157, no Município de Renascença, Matrícula sob nº 12.151 do Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão.

Art. 2º O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para o funcionamento da Unidade Municipal de Renascença do EMATER, revogando-se automaticamente a presente cessão em caso de utilização diversa.

Art. 3º A presente cessão terá vigência de cinco anos, prorrogável mediante acordo entre partes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM

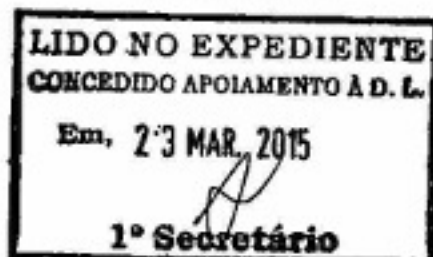
Nº009/2015

Curitiba, 18 de março de 2015.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 19/03/15

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso, ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, do imóvel localizado na Rua Nereu Ramos, 1.157, no Município de Renascença, Matrícula sob nº 12.151 do Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para o funcionamento da Unidade Municipal de Renascença do EMATER, revogando-se automaticamente a cessão em caso de utilização diversa do estabelecido.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei consta dispositivo expresso no sentido de que a cessão de uso terá vigência pelo prazo de cinco anos, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 13.491.241-3



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei nº 201, de 2015, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão do uso do imóvel que especifica, localizado no Município qde Renascença, ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 009/2015, visa efetuar a cessão de uso ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, do imóvel sob matrícula de nº .12151, do Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 1.157, no município de Renascença, de propriedade do Estado do Paraná.



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:



Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais cabe analisar a possibilidade da cessão de uso sem os trâmites necessários para realização de licitação pública. Vejamos, então, o que o Art. 17, inciso I, alínea "b" da Lei Federal n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Ademais, verifica-se presente a cláusula revogando automaticamente a cessão de uso em caso de utilização diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei, dando exclusividade ao funcionamento da Unidade Municipal do EMATER, conforme ditames da Lei de Licitações, no seu art. 17, anteriormente citado, §1º, senão vejamos:

§1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.



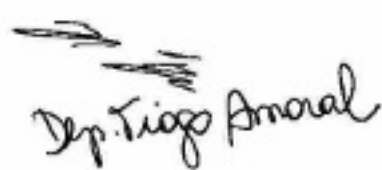
Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

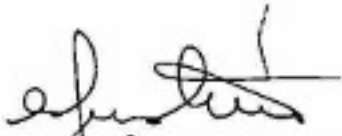
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 24 de Março 2015.


Deputado PEDRO LUPION
Relator


Dep. Tiago Amoral

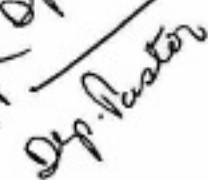

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Dep. Claudio Lourenço



Dep. Francisco

Francischini


Dep. Guto


Dep. Pastor

APROVADO

24/03/15 



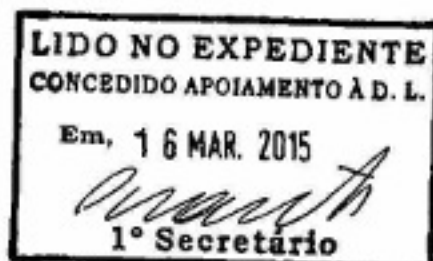
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 7/2015.



Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de dezembro de 2014.


ART.1º.-

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003 de 15 de março de 2004, com as modificações previstas na Resolução nº. 003 de 13 de abril de 2009 e Atos da Mesa Executiva nºs. 1551/2013 e 1873/2013, referente ao mês de dezembro de 2014.

ART. 2º.-

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 11 de março de 2015.


DEPUTADO ELIO LINO RUSCH
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
Relator


Dep. Tasso Medeiros


Dep. Ricardo Almeida


Dep. Francisco Medeiros



JUSTIFICATIVA

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 3, 13 de abril de 2009.

Formalizou-se a prestação de contas, apreciada e aprovada pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 003/2015/CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que relata a prestação de contas do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês dezembro de 2014, previstas na Resolução nº. 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009 e Atos da Comissão Executiva nºs. 1551/2013 e 1.873/2013.

Examinada a matéria supracitada e o relatório da aplicação para atender essas despesas, concluo que as referidas contas estão exatas, dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo assim o Parecer Favorável.

Assim sendo, entende esta Relatoria pela aprovação da presente Proposição, transformando-a em Projeto de Resolução.

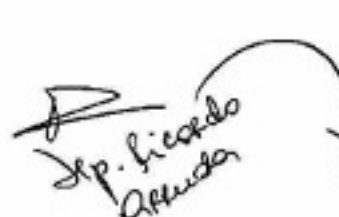
É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

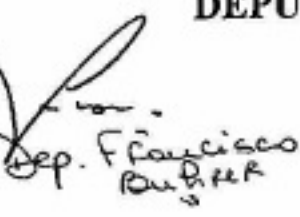
Sala das Comissões em, 11 de março de 2015


Dep. Tião Medeiros


DEPUTADO ELIOLINO RUSCH
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
Relator


Dep. Ricardo Almeida


Dep. Francisco B. R.